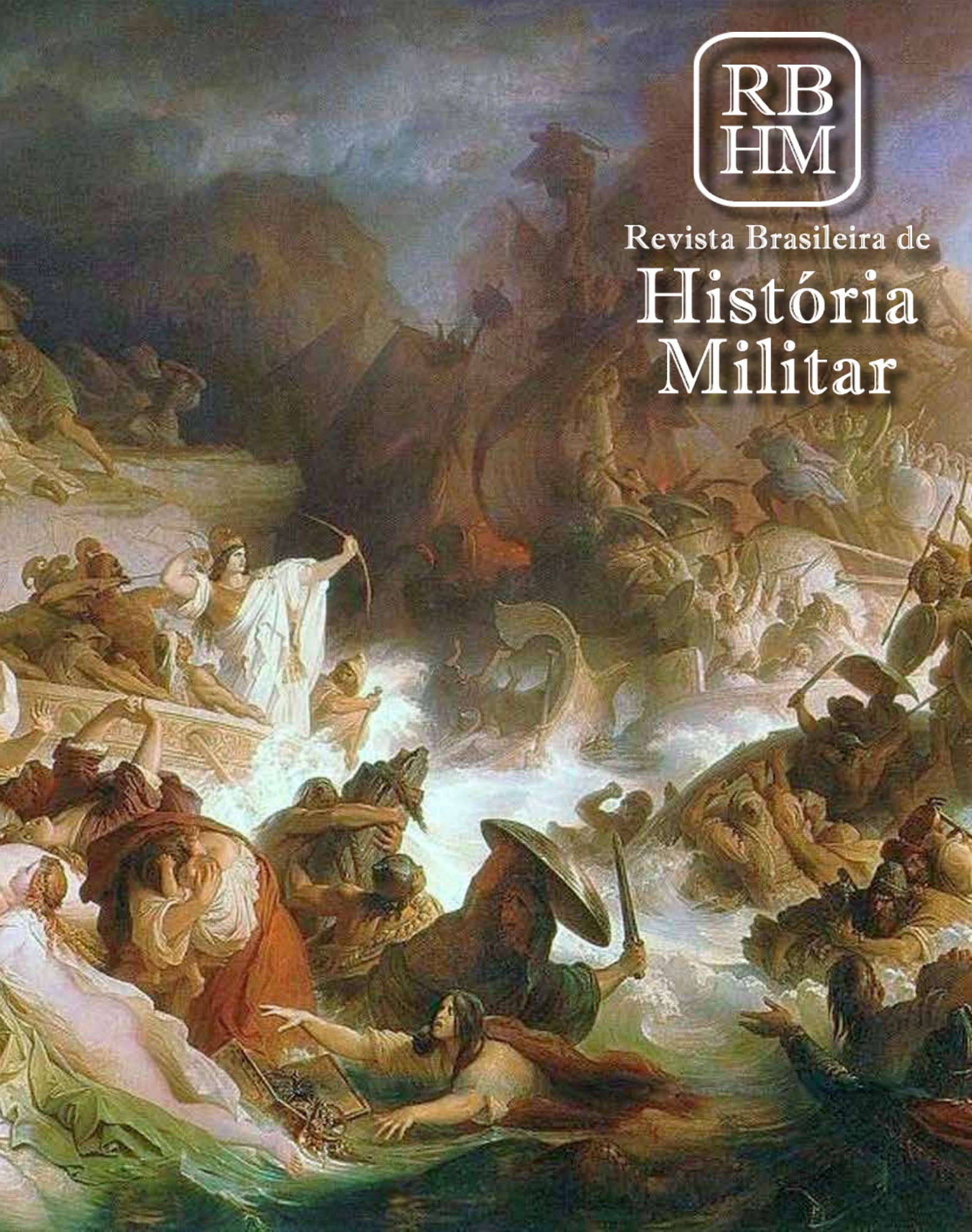




Revista Brasileira de  
**História  
Militar**



Ano I - N° 03  
Dezembro 2010



# Editorial

Nesta edição, publicada no mês em que se comemora o “Dia do Marinheiro”, temos o predomínio de artigos relacionados à história da Marinha do Brasil. São três artigos sobre esse tema. No primeiro, o Almirante Armando de Senna Bittencourt aborda a intervenção brasileira no Uruguai entre 1864 e 1865. No segundo, a Professora Silvia Capanema trata do processo de modernização da Marinha, no período que antecedeu a Revolta dos Marujos em 1910. O terceiro é uma tradução, elaborada pelo professor Francisco E. Alves de Almeida, de um artigo publicado originalmente em 1928, no livro “National Policy and Naval Strength and other essays” escrito pelo Vice-Almirante Sir Herbert Richmond, tratando da importância da História na formação dos marinheiros

Completam a edição os artigos de Fernando da Silva Rodrigues, tratando de aspectos metodológicos do uso da fotografia como fonte para produção historiográfica e de Fabiana Aparecida de Almeida, abordando as memórias do Major Cristiano Pletz na Guerra do Paraguai.

Prestamos ainda uma singela homenagem a historiadora CMG Mônica Hartz Moitrel, precocemente falecida no dia 19 deste mês, pessoa inteligente, alegre e cordial, que tanto contribuiu para o aperfeiçoamento do Departamento de História Marítima e Naval da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável.



## Imagem nesta página:

“A Batalha de Salamina”. Quadro do Pintor Alemão Wilhelm von Kaulbach (1805 – 1874), que retrata a batalha naval, na qual as trirremes atenienses, sob o comando de Temístocles, derrotaram a frota persa em 480 A.C.



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Carlos Eduardo M. Gama  
Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000  
(21) 2537 6053 / 8896 7122  
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

<b>O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental.....</b>	<b>6</b>
<i>Armando de Senna Bittencourt</i>	
<b>A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições.....</b>	<b>20</b>
<i>Silvia Capanema Pereira de Almeida</i>	
<b>O lugar da História no Ensino Naval.....</b>	<b>41</b>
<i>Sir Herbert William Richmond</i>	
<i>Tradução, adaptação e notas complementares: Francisco E. Alves de Almeida</i>	
<b>Imaginário e Poder no uso político da fotografia pelo Exército Brasileiro: uma questão de método.....</b>	<b>58</b>
<i>Fernando da Silva Rodrigues</i>	
<b>Vivendo a Guerra do Paraguai: Memórias de um Voluntário da Pátria.....</b>	<b>73</b>
<i>Fabiana Aparecida de Almeida</i>	
<b>Livro em Destaque.....</b>	<b>83</b>

## O ALMIRANTE TAMANDARÉ NA CAMPANHA ORIENTAL

Armando de Senna Bittencourt<sup>1</sup>

O período em que o Almirante Tamandaré comandou as ações durante a intervenção do Brasil na República Oriental do Uruguai, em 1864 e 1865, é um dos mais difíceis de sua longa carreira a serviço da Marinha do Brasil. Sua ação eficaz, mas aparentemente impulsiva, aliando-se a uma das partes de um conflito interno, bombardeando e quase destruindo Paissandu e ameaçando Montevidéu do mesmo destino, bem como seu desentendimento com o futuro Visconde do Rio Branco – que negociou a paz e, em seguida, foi demitido – são bem conhecidos e existe uma farta historiografia a respeito. A importância, no entanto, dessa ação militar e política, freqüentemente questionada até por historiadores, que foi o estopim da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, motivou este ensaio, escrito no ano em que se comemoram os 200 anos de nascimento do Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil.

Na República Oriental do Uruguai, os Partidos *Blanco* e *Colorado* se digladiavam pelo poder. Lá residiam cerca de 40 mil súditos do Império e muitos brasileiros tinham propriedades em território uruguaio. Constituíam uma parcela importante da população desse país, eram donos de algumas das melhores propriedades lá existentes e muitos estavam envolvidos na política local.

Havia, então, o hábito de transferir livremente o gado, do Uruguai para as charqueadas do Rio Grande do Sul, no Brasil, ou mesmo, de passar gado pela fronteira, entre estâncias, às vezes do mesmo proprietário.

Em 1860, assumiu o poder o Partido *Blanco*, sob a presidência de Bernardo Berro. Ele iniciou uma política desfavorável a esses brasileiros, inclusive limitando suas liberdades exageradas, principalmente ao taxar o comércio através da fronteira e ao questionar o direito deles possuírem escravos em território uruguaio<sup>2</sup>. Intensificou-se, também, nessa época, a hostilidade entre os dois partidos e, pouco depois, a situação era de guerra civil e violência. Venâncio Flores, líder do Partido *Colorado*, invadira o território do país, em abril de 1863, com tropas organizadas em território argentino e com o apoio do governo de Buenos Aires. Ele era aliado do Presidente da República da Argentina, Bartolomé Mitre, e participara da Batalha de Pavón, na Argentina, em 1861, apoiando a

<sup>1</sup> Vice-Almirante, Engenheiro Naval, reformado. É Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)  
<sup>2</sup> BETHELL, Leslie. *A Guerra do Paraguai – História e historiografia*. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 13.

vitória obtida por Buenos Aires. A Argentina, porém, manteve uma posição oficial de neutralidade nesse conflito.

Essas disputas internas também causavam dificuldades e prejuízos aos negócios normais e corretos de brasileiros e, com o aumento da violência, passaram a ocorrer ofensas graves e, até brutalidades. Com a renúncia do Presidente Bernardo Berro, transferência do poder executivo para Atanásio Aguirre, presidente do Senado, em março de 1864, e devido à intensificação da guerra civil, tornou-se até insegura a permanência de brasileiros no Uruguai. Houve, também, denúncias sérias de desordens na fronteira com o Brasil. Cabe, no entanto, observar que, segundo declarações oficiais do próprio governo imperial brasileiro, muitos de seus súditos haviam aderido à causa do General Flores<sup>3</sup>. Alguns estavam, portanto, erradamente envolvidos nas disputas internas do país, durante uma guerra civil, e conseqüentemente, sujeitos aos azares da situação. O *Jornal do Commercio* de 16 de novembro de 1863, citado por Euzébio José Antunes em suas *Memórias*, resume assim a situação:

Muitos brasileiros estão hoje reunidos ao General Flores por causa das violências praticadas contra eles pelos Generais Lamas e Medina, principalmente pelo primeiro, que nos vota um ódio estranhável, e que, em retribuição, é execrado por quase todos os nossos compatriotas estabelecidos no Departamento do Salto. Considero natural, e até já o manifestei em uma anterior correspondência, que as forças legais, por um esforço que seria bom evitarem, desmantelem estâncias dos chefes brasileiros que estão com os revoltosos; mas é intolerável que arruinem a propriedade brasileira em geral, como estão praticando, embora pertença a homens inofensivos que emigram por não estarem suficientemente garantidos. Deste modo, de represália em represália, de violência em violência, chegaremos a uma situação em que será impossível aos dois governos evitar um sério conflito, embora se achem animados das melhores disposições para viver em harmonia, como convém aos interesses dos dois países.<sup>4</sup>

O Partido *Blanco* contava com a simpatia do governo do Paraguai, o que lhe era muito importante, por se contrapor ao Brasil e a Buenos Aires. O ditador paraguaio, Francisco Solano López, que sucedeu no poder seu pai Carlos López, recebeu propostas dos *blancos* uruguaios e, também, de Justo José de Urquiza, líder dos *federales* argentinos e caudilho da província de Entre Rios, para estabelecer uma aliança defensiva e ofensiva entre o Paraguai, o Uruguai e Entre Rios. López manteve, inicialmente, uma posição cautelosa, evitando compromissos excessivos, mas a

3 RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 307.

4 ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 13.

aliança lhe convinha, pois garantia uma saída para o mar para seu país, muitas vezes dificultada, no passado, por Buenos Aires. A República Argentina somente reconheceu a independência do Paraguai em 1852 e, por longo período no passado, procurou incorporar o Paraguai às Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os representantes do Partido *Blanco* em Assunção mantinham López alertado contra supostas más intenções brasileiras e argentinas contra o Paraguai, aproveitando a desconfiança que ele tinha em relação às intenções do Brasil e da Argentina, com os quais seu país tinha questões de limites não solucionadas. A falta de representações diplomáticas paraguaias permanentes, no exterior, fazia com que ele não tivesse informações suficientes para suas análises, dificultando suas decisões – perigosamente, como o futuro mostraria –, em relação à política externa e o potencial dos países vizinhos e, em especial, sobre as intenções do Brasil em relação ao Paraguai.

López protestara contra o apoio do governo argentino à invasão dos rebeldes *colorados*. Inicialmente adotou uma postura conciliatória, inclusive se oferecendo como árbitro para as questões, mas depois, mostrou que estava decidido a defender seus interesses na região do Rio da Prata. A Argentina e o Brasil, no entanto, também mal informados sobre o potencial militar existente, por incompetência de seus diplomatas neste assunto e dificuldades de obter informações no regime ditatorial imposto por López, o consideravam um intruso e subestimavam o Paraguai.

Com as reclamações chegadas ao Rio de Janeiro, inclusive através de uma representação de pecuaristas gaúchos liderada pelo General Souza Neto, o governo brasileiro, então representado por um gabinete formado pelo Partido Liberal, resolveu enviar uma missão diplomática ao Uruguai em 1864, para proteger os súditos do Império. Nomeou um diplomata, o Conselheiro José Antonio Saraiva, e designou para Comandante-em-Chefe das Forças Navais do Rio da Prata, surtas em Montevidéu, o Vice-Almirante Barão de Tamandaré, para respaldá-lo com uma relativamente poderosa Força Naval. Era uma atitude típica do século XIX e os brios estavam feridos pelas represálias sofridas na Questão Christie com a Grã-Bretanha, com quem as relações diplomáticas estavam cortadas. Ainda estava recente o fim da Revolução Farroupilha e o governo temia que os gaúchos iniciassem uma guerra, por conta própria, com o Uruguai, em defesa de seus interesses, ou, por lhes faltar apoio, que se reavivassem sentimentos contrários ao governo imperial <sup>5</sup>.

A missão do Conselheiro Saraiva tinha por objetivo, conforme o futuro Visconde de Rio

<sup>5</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 51.



Branco, mais tarde, em 1865, resumiu:

(...) obter satisfações de agravos recebidos pelo Império em várias épocas, a partir de 1852, nas pessoas e propriedades de súditos brasileiros residentes no Estado Oriental. O Sr. Conselheiro Saraiva devia exigir reparação daquelas ofensas e segurança para o futuro e, se nossas reclamações não fossem atendidas, deveria apresentar o seu ultimatum e combinar o emprego de represálias.<sup>6</sup>

O governo *blanco*, no entanto, não se intimidou, pois acreditava contar com o apoio do Paraguai. O chanceler uruguaio emitiu uma nota denunciando o Brasil e a Argentina como os responsáveis pela guerra civil, por terem permitido que as tropas dos *colorados* se organizassem em seus países. Segundo o mesmo Rio Branco, o Partido *Blanco*, “desde muito tempo, nos considera infensos à sua influência e ao seu predomínio na Banda Oriental.”<sup>7</sup>

Saraiva, verificando a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, que teria em obter do governo uruguaio as satisfações exigidas pelo Brasil, naquela situação de guerra civil sem solução, em que os dois lados não tinham condições de vencer, pois a Flores faltavam meios para atacar as cidades e ao governo cavalaria para derrotar os *colorados*, no campo aberto, decidiu ajudar a restabelecer a paz no Uruguai e obteve, para tal, autorização do governo brasileiro. Era preciso conseguir um acordo entre Venâncio Flores e o governo de Aguirre. Esperava, também, obter o afastamento dos elementos que se opunham mais fortemente aos interesses brasileiros e a incorporação de *colorados* no ministério. Em Buenos Aires, o Presidente Mitre, para quem o acordo também resolveria a questão entre a Argentina e o Uruguai, chegara à conclusão semelhante. Mitre resolveu enviar seu chanceler, Rufino de Elizalde, a Montevideu e conseguiu envolver o representante britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, na difícil tarefa, inclusive possibilitando que Elizalde viajasse para Montevideu em um navio britânico, juntamente com Thornton. A Grã-Bretanha – que, como os bons historiadores contemporâneos mostram<sup>8</sup>, teve pouca influência nos acontecimentos que levaram à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai – era, então, vista como a idealizadora e protetora da independência do Uruguai e lá também tinha interesses econômicos a proteger.

Saraiva tratou, em seguida, de unir seus esforços aos negociadores britânico e argentino, mas a tentativa de pacificação amigável não foi possível. Concorreu para isto a impossibilidade que o Presidente Aguirre julgou ter para nomear os novos ministros, faltava-lhe força para tal, tendo em

---

<sup>6</sup> RIO BRANCO, op. cit. p. 307

<sup>7</sup> Ibidem. P. 308.

<sup>8</sup> DORATIOTO, op. cit. p. 87-91.

vista as paixões políticas existentes em seu partido. Assim, os três negociadores se retiraram e as hostilidades entre as partes reiniciaram. Tal esforço conjunto, no entanto, serviu para tranquilizar as desconfianças ainda existentes entre o Brasil e a Argentina e evitou que a Grã-Bretanha interpretasse a ação brasileira no Rio da Prata como tentativa de obter vantagens territoriais ou econômicas.

Considerando sua missão pacificadora no Uruguai terminada, Saraiva foi a Buenos Aires, em junho, e tentou obter a continuação da participação da Argentina. Mitre garantiu seu apoio, mas afirmou que manteria seu país fora da intervenção armada, que parecia ser a próxima etapa desse conflito de interesses entre os governos dos países.

Com a neutralidade argentina assegurada, Saraiva apresentou ao governo uruguaio seu ultimato, no início do mês de agosto, dando um prazo de seis dias para atender as exigências e ameaçando represálias. Não se especificava bem, no documento, quais seriam as represálias, mas Saraiva explicou que não se tratariam de atos de guerra. Mesmo assim, o governo uruguaio reagiu e protestou, por escrito, contra o que considerou inaceitável. Criou-se, então, uma situação de iminente intervenção militar brasileira. Essa intervenção, no entanto, não poderia contar, tão cedo, com tropas provenientes do Rio Grande do Sul, porque elas estavam completamente despreparadas e levou um bom intervalo de tempo – cerca de quatro meses –, para que tivessem condições de invadir território do Uruguai.

No dia 11 de agosto, Saraiva deixou Montevidéu, a bordo da Corveta *Niterói*. Fracassara a ação diplomática, agora, tudo dependia de Tamandaré, que permanecera em Montevidéu como a maior autoridade brasileira, cabendo-lhe a direção política e militar. Ele tinha sob seu comando uma força naval, composta dos seguintes navios: Fragata *Amazonas*; Corvetas *Niterói*, *Jequitinhonha*, *Belmonte*, *Beberibe* e *Parnaíba*; Canhoneiras *Mearim*, *Araguari*, *Ivaí*, *Itajaí* e *Maracanã*; e o Vapor *Recife*.

Aguirre, por sua vez, enviara, em 14 de julho, um emissário ao Paraguai, Antonio de las Carreras, solicitando uma intervenção paraguaia, pois, segundo ele, o Brasil e a Argentina, de comum acordo, pretendiam primeiro anexar o Uruguai e, depois, seria a vez de acertarem as contas com o Paraguai, devido às questões pendentes de fronteiras.

Ao tomar conhecimento do ultimato brasileiro entregue ao governo uruguaio, o governo do Paraguai protestou, formalmente, em 30 de agosto, afirmando que se ocorresse qualquer invasão de território uruguaio pelo Brasil ela seria atentatória ao equilíbrio da região do Rio da Prata, que

era do interesse paraguaio, “como garantia de sua segurança, paz e prosperidade”<sup>9</sup> e que, portanto, ele não se responsabilizaria pelas conseqüências que daí viessem a ocorrer<sup>10</sup>. Essa ameaça não foi percebida, pelo Brasil e pela Argentina, como o prenúncio de uma horrorosa guerra. A qualidade das informações sobre o Paraguai, em ambos os países, era péssima, apesar de manterem serviços diplomáticos permanentes em Assunção. Possivelmente, faltasse aos diplomatas capacidade de avaliação de ameaças militares. Somente em agosto de 1864, o novo agente diplomático brasileiro em Assunção, o Ministro Viana Lima, relatou atitudes hostis de autoridades paraguaias, manifestações populares organizadas e ameaças de ações militares contra o Brasil.

Enquanto isso, no Uruguai, Tamandaré exigiu do governo uruguaio a total imobilização de seus navios de guerra, no que foi obedecido quanto ao Vapor *General Artigas*. Mandou, em 22 de agosto, uma divisão de sua Força Naval, composta por três navios (*Jequitinhonha*, *Araguari* e *Belmonte*) para Paissandu (onde a *Belmonte* já estava), com a finalidade de atuar no Rio Uruguai. Cabia ao comandante desta divisão, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Pereira Pinto, além de exigir das autoridades uruguaias ao longo do rio a promessa de que respeitariam os brasileiros residentes na região, obter, também, a imobilização do Vapor *Villa del Salto*. No dia 24 de agosto, Pereira Pinto encontrou o *Villa del Salto* junto à foz do Rio Negro, descendo o Rio Uruguai, e intimou-o a parar. O navio de guerra uruguaio não obedeceu, fez a volta e escapou subindo o rio, apesar de um tiro de advertência<sup>11</sup>. Mais tarde, em um novo encontro, desta vez com as Corvetas *Jequitinhonha* e *Belmonte*, o *Villa del Salto* foi encalhado propositadamente e depois incendiado por sua tripulação<sup>12</sup>.

No dia 25 de agosto, aniversário da independência da República Oriental, os navios brasileiros em Montevidéu embandeiraram e salvaram, cumprindo o cerimonial em homenagem a essa República<sup>13</sup>. Procuraram assim mostrar que não agiam contra o Uruguai e que tinham intenções pacíficas.

Em 29 de agosto, Tamandaré expediu ofício para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Nele, relatou que explicara aos seus comandantes de navio que a missão era exclusivamente obter satisfações do governo uruguaio pelos agravos sofridos por brasileiros, bem como obter garantias para eles e para seus bens. Não havia a intenção, continuou, de molestar habitantes pacíficos, nem de

9 ANTUNES, op. cit. p. 199.

10 DORATIOTO, op. cit. p. 59.

11 ANTUNES, op. cit. p. 131.

12 FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 1v. p. 310.

13 Ibidem. p. 309.

humilhar a soberania do Uruguai. Também teceu considerações sobre possíveis represálias, de que só convinha exercê-las no que afetasse imediatamente esse a governo e que, portanto, tinha, até então, se limitado a pressões morais para lhe tirar o prestígio, sem ofender os particulares. Comentou, em seguida, que um procedimento contrário poderia levar a uma guerra declarada, para a qual não se julgava preparado, “com o risco de reunir as duas bandas do Rio da Prata contra nós.”<sup>14</sup> Referia-se ao Uruguai e à Argentina.

Em 30 de agosto, o governo uruguaio enviou nota à legação diplomática brasileira, reclamando a ação contra o *Villa del Salto*. Acusava os brasileiros de terem dado o primeiro tiro e de terem impedido que esse navio socorresse Mercedes, que resistia ao assédio das tropas *coloradas*, favorecendo, portanto, a ação de Venâncio Flores, que se apoderara desse povoado. Juntamente com a nota, enviava os passaportes à legação, dando-lhe 24 horas para que ela deixasse o território uruguaio<sup>15</sup>. Rompiam-se, formalmente, as relações diplomáticas com o Brasil.

A imobilização dos navios de guerra uruguaiois, sem dúvida, favoreceu Flores, que se aproveitou da situação. Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, falando ao Senado, “ainda que o governo imperial não o queira, nas circunstâncias atuais em que se acha a república, a sua ação coercitiva há de traduzir-se em auxílio à revolução.”<sup>16</sup> Não era somente ele que, no Rio de Janeiro, criticava a ação diplomática no Uruguai. O próprio Marquês de Caxias, também político do Partido Conservador, na oposição, não era favorável.<sup>17</sup>

Flores, habilmente, pediu explicações a Tamandaré sobre o incidente do *Villa del Salto*, no que foi satisfeito. Tamandaré lhe enviou um ofício em que explicou o ocorrido e declarou não ter intenções de ofender a bandeira uruguaia. Aliás, estava disposto a salvá-la com 21 tiros, se assim fosse solicitado. Este ofício, porém, criava um novo problema, pois Flores não era ainda reconhecido como beligerante pelo Brasil. Ele, sem autorização, estava se aproximando de Flores e, sem dúvida, sua ação favorecia a causa dos *colorados*.

Cabe observar que Tamandaré estava em uma difícil situação de comando e imerso em uma crise de grandes proporções – “o modo de fazer as represálias tinha ficado ao arbítrio do almirante”<sup>18</sup>, como, mais tarde, declarou o Visconde do Rio Branco –, mas suas decisões estavam sempre coerentes

14 ANTUNES, op. cit. p. 42.

15 FRAGOSO, op. cit. p. 132.

16 RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

17 DORATIOTO, op. cit. p. 65.

18 RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

com o que afirmou em seu ofício de 29 de agosto, citado anteriormente. Ele estava prejudicando o governo uruguaio, com o propósito de obter as satisfações desejadas pelo Brasil. Os *blancos*, no entanto, provavelmente julgando que teriam apoio externo, possivelmente do Paraguai, continuavam evitando o diálogo e contribuindo para o agravamento do conflito.

Em 7 de setembro, o governo imperial expediu ordens a Tamandaré para que Paissandu, Salto e Cerro Largo fossem ocupadas e, também, que Flores e os *colorados* fossem reconhecidos como parte beligerante. Era, também, a ratificação de suas ações até aquele momento.

Em 27 de setembro, em outro ofício ao ministro de Negócios Estrangeiros, Tamandaré reportou ter enviado através do Pacote *Marquês de Olinda*, que passara por Montevidéu, com destino à Província de Mato Grosso, informações sobre o que se passava no Uruguai para que o ministro brasileiro em Assunção tivesse subsídios para suas explicações ao governo paraguaio. Solicitou, também, reforços para enfrentar o Paraguai, na hipótese de se concretizarem hostilidades desse país. Verifica-se que Tamandaré era um dos poucos que viam seriamente a ameaça paraguaia.

Em 11 de outubro, ele oficiou às autoridades diplomáticas estrangeiras residentes em Montevidéu que o governo imperial determinara que o território uruguaio ao norte do Rio Negro fosse ocupado, como represália, até que se obtivessem garantias e satisfações do governo uruguaio. Solicitava, também, que os navios de suas bandeiras não transportassem equipamentos, munições e tropas nas costas do Uruguai e nos rios para o governo de Aguirre. Os diplomatas rejeitaram, corretamente, essa solicitação, principalmente porque não havia uma declaração de guerra ou de bloqueio a respeitar <sup>19</sup>.

Tamandaré, em seguida, determinou o bloqueio de Paissandu e Salto, após estabelecer, em 20 de outubro, um pacto de cooperação com Flores. Ele via em Flores um aliado necessário, pois sabia não poder contar, tão cedo, com o apoio do Exército Brasileiro, ainda se concentrando na fronteira. O pacto de Santa Lúcia se fez através de cartas. Na carta dirigida a Flores, Tamandaré declarou:

(...) creio que V.Ex<sup>a</sup> avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá imediatamente em fatos, que reconhecerá nele mais uma prova da simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria pôr termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição num reduzido número de cidadãos. <sup>20</sup>

<sup>19</sup> Ibidem. p. 312-313.

<sup>20</sup> FRAGOSO, op. cit. p. 144.

Flores prometeu que daria “*condigna reparação em tudo quanto for justo e eqüitativo, estiver em harmonia com a dignidade nacional e não for obtido como uma conseqüência natural e forçosa do triunfo da revolução.*”<sup>21</sup> Cabe observar que, sem esse acordo, ambos não teriam condições para vencer a luta.<sup>22</sup>

Em 12 de outubro, uma brigada do Exército Brasileiro, comandada pelo Brigadeiro José Luis Mena Barreto, penetrou em território uruguaio, pela fronteira do Rio Grande do Sul e atacou a Vila de Melo, expulsou os defensores, e entregou-a aos *colorados*. Foi uma ação isolada, pois somente ao final de novembro o Exército Brasileiro teria condições de efetivar a invasão.

A notícia dessa invasão chegou ao Paraguai em 25 de outubro e o representante do governo uruguaio solicitou providências de Solano López, que disse não saber ainda do fato por meios oficiais. Mas, em 11 de novembro, o Vapor *Marquês de Olinda* foi capturado pelo governo paraguaio poucas horas depois de partir de Assunção para a continuação de sua viagem. Criava-se uma situação em que o Paraguai interpretava que o Brasil havia lhe agredido ao invadir o Uruguai, como conseqüência do que alertara no protesto paraguaio de 30 de agosto. Em sua nota à legação britânica, o governo paraguaio explicou que, ao capturar o *Marquês de Olinda*, havia “*respondido às hostilidades iniciadas pelo Brasil sem prévia declaração de guerra*”<sup>23</sup>. Seguiu-se a invasão do Sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul por tropas paraguaias. Estava iniciada a guerra com o Paraguai, que ocorreria por longos cinco anos, transformando-se no segundo conflito mais sangrento das Américas, somente superado pela Guerra Civil Americana (1861-1865), que ainda não terminara.

O Paraguai vinha se armando seriamente desde o início de 1864 e o país estava mobilizado para uma guerra. O Exército tinha efetivos superiores aos dos países vizinhos e López contava com o possível apoio dos *blancos* uruguaios e dos partidários argentinos de Urquiza. Deveria ter esperado alguns meses, pois receberia mais armamento e navios encouraçados (*ironclads*) que havia encomendado no exterior. O estado precário em que se encontrava o Exército Brasileiro, diminuto, despreparado, com dificuldades até para intervir no Uruguai, e a inexistência de navios encouraçados na Marinha do Brasil capazes de enfrentar as fortificações existentes no Rio Paraguai com algumas chances de bom êxito, demonstravam, no entanto, um perigoso desequilíbrio de Poder Militar que deve ter influído fortemente em sua decisão precipitada. Poderes militares despreparados podem levar

21 RIO BRANCO, op. cit. p. 313-314

22 DORATIOTO, op. cit. p. 63-64.

23 Ibidem. p. 66.

ao emprego da força no confronto de interesses nacionais de diferentes países. Em minha opinião, essa imprevidência do Império foi uma das causas da passagem de uma situação de paz, onde os conflitos de interesses são principalmente disputados por diplomatas, com a contribuição, porém, de elementos de todos os campos do Poder Nacional, para uma de guerra, onde prevalecem os meios violentos do Poder Militar. López arriscou perigosamente o futuro de sua pátria ao decidir pela guerra, com resultados futuros desastrosos.

No Uruguai, Flores e Tamandaré começaram pela ação contra Salto, sitiando-a em 28 de novembro. No mesmo dia, à tarde, os defensores se renderam e entregaram a vila. Julgou, então, Tamandaré que, devido ao efeito moral da rendição de Salto, convinha, imediatamente, obrigar Paissandu a se render <sup>24</sup>.

Passaram para Paissandu, onde iniciaram as operações em 3 de dezembro. No dia seguinte, o Coronel Leandro Gomes, que comandava a defesa de Paissandu, repeliu a tiros a proposta de rendição. Após o bombardeio pelos navios e o primeiro ataque, encontrando forte resistência, Tamandaré e Flores decidiram esperar pelas tropas do Marechal João Propício Mena Barreto, que se aproximavam. O Exército Brasileiro começou a efetuar a transposição da fronteira em Pirai Grande, em 25 de novembro, e Mena Barreto chegou a Paissandu em 29 de dezembro, acampando nas imediações.

Em 31 de dezembro, efetuou-se o segundo ataque a Paissandu; após forte bombardeio, a luta continuou dentro da cidade, combatendo-se nas ruas. No dia seguinte, Tamandaré rejeitou o pedido de Leandro Gomes para cessar-fogo por oito horas, para enterrar os mortos e socorrer os feridos. Continuou a luta, sem trégua, até vencer, pois acreditava que em oito horas já teria tomado a cidade e não podia dar tempo ao inimigo para se fortificar.

Os brasileiros aprisionaram Leandro Gomes ao fim dos combates. Alguns dos uruguaios de Flores solicitaram aos brasileiros para lhes entregarem esse prisioneiro, o que foi concedido por concordância do próprio Leandro Gomes. Recebeu-o o Coronel Goyo Suarez, cuja família, anteriormente, fora vítima das crueldades do próprio Leandro Gomes. Poucos momentos depois, soube-se que os uruguaios haviam fuzilado o prisioneiro, juntamente com outros oficiais. Tamandaré ficou indignado e, em comum acordo com Flores, providenciou para que todos os outros prisioneiros fossem imediatamente libertados <sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> SCHNEIDER, Louis; NOGUEIRA, Manoel Thomaz Alves; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *A Guerra da Triplíce Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o governo da República do Paraguai: (1864-1870)*. São Paulo: Edições Cultura, 1945. It. p. 84.

<sup>25</sup> FRAGOSO, op. cit. p. 150.

Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, Leandro Gomez não deveria ser fuzilado daquela forma, mas poderia, então, ser submetido a um conselho de guerra e sentenciado à morte, mesmo pelo que fizera em Paissandu, tratando cruelmente prisioneiros e mostrando as cabeças degoladas de soldados brasileiros.<sup>26</sup>

Como resposta à violência do bombardeio e do ataque a Paissandu, o governo de Aguirre considerou rompidos todos os tratados com o Brasil. Em 18 de dezembro, esses tratados foram queimados, em cerimônia pública em uma praça de Montevidéu (Praça da Independência), na presença do presidente da República e de outras autoridades.

Além desses atos, Aguirre decidiu enviar uma coluna uruguaia para invadir território brasileiro no Rio Grande do Sul. O comando dessa incursão coube ao General Basílio Muñoz, que contava com 1.500 homens. Em 27 de janeiro de 1865, ele cruzou o Rio Jaguarão e atacou a cidade do mesmo nome. Saquearam, incendiaram casas e se apossaram de gado e escravos, retornando ao território uruguaio.

Com a saída de Saraiva e, depois, dos diplomatas brasileiros do Uruguai, era necessário preencher o vazio existente. Resolveu o governo imperial designar, em novembro, José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, pai do futuro Barão do Rio Branco, para preencher esse vazio. Segundo o próprio Paranhos, as instruções que recebeu do governo continham a única política possível para a situação existente: manter a aliança com a Argentina e tentar obter sua participação no conflito; e ter como base, para pacificar o Uruguai e resolver as pendências, a aliança com Flores. Em discurso no Senado, em 5 de junho de 1865, do Visconde do Rio Branco declarou que a “garantia mais satisfatória para os interesses brasileiros seria que de nossa intervenção resultasse ficar na Presidência da República o nosso aliado, o General Flores”<sup>27</sup>.

Não conseguindo obter a participação da Argentina, que manteve sua neutralidade, e tendo-se concluída a vitória em Paissandu, Paranhos tratou de reconhecer Flores, formalmente, como beligerante e declarou a intervenção armada do Brasil, para pacificar a República Oriental. Regularizou, em seguida, oficialmente, através de notas para o governo argentino e para os diplomatas estrangeiros no Rio da Prata, as atitudes tomadas pelo Brasil no Uruguai.

Tamandaré, Flores e Paranhos combinaram, em seguida, avançar para Montevidéu. Nos primeiros dias de fevereiro de 1865, Montevidéu estava cercada por terra e por mar. Cabe observar,

<sup>26</sup> RIO BRANCO, op. cit. p. 341.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 318-319.



porém, que as forças eram insuficientes para o assédio, como o próprio Mena Barreto observou.<sup>28</sup>

As primeiras tentativas de evitar o ataque a Montevidéu através de uma mediação argentina fracassaram. O governo uruguaio considerou essa possível mediação como parcial, não a aceitou e declarou que poderia e deveria resistir.<sup>29</sup>

Totalmente desamparado por López, que dirigira, em 13 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias para invadir o atual Estado de Mato Grosso do Sul, onde havia a região em litígio, Aguirre apelou para o corpo diplomático estrangeiro sediado em Montevidéu. Por essa altura, a única ajuda possível seria através de mediação e alguns diplomatas começaram a se entender com Paranhos.

Tamandaré reconhecia que não se deveria bombardear Montevidéu e buscou uma solução pacífica e ao mesmo tempo honrosa. Prorrogou as ações diversas vezes. O cerco por terra também não se estreitou, na esperança de que o ataque não se precipitasse; as tropas mais avançadas eram, em geral, forças subordinadas a Flores. O General Osório avaliava que se perderiam uns dois mil homens para atacar e obter uma vitória decisiva. De Montevidéu, no entanto, saíam guerrilhas que tinham que ser freqüentemente enfrentadas.<sup>30</sup>

Em 9 de fevereiro, em Montevidéu, uma bandeira brasileira, supostamente capturada por Muñoz em Jaguarão, foi levada pelas ruas, com banda de música, sendo pisoteada e arrastada no chão, com a presença do ministro da guerra uruguaio. Fez-se isso de forma que navios da força naval brasileira vissem parte do espetáculo. Havia entre os *blancos* pessoas fanatizadas, que odiavam a intervenção brasileira. É até possível que vissem, no bombardeio de Montevidéu e no caos que sofreriam, uma forma de envolver os interesses de nações européias no conflito para conseguir uma intervenção externa que lhes assegurasse sua continuidade no poder.

Em 15 de fevereiro, terminou o mandato de Aguirre. Tomás Villalba foi eleito presidente do Senado, representando um grupo que era favorável à paz. Ele também assumiu a Presidência da República.

Em 16 de fevereiro, Paranhos foi surpreendido por uma proposta para início de negociações de paz, intermediada pelo Ministro Rafael Ulysses Barbolani, representante da Itália. Villalba queria negociar uma solução pacífica e ser reconhecido como governo legal pelo Brasil e por Flores.

Resolveu Paranhos que a capitulação de Montevidéu deveria ser negociada por ele,

---

28 FRAGOSO, op. cit. p. 154.

29 RIO BRANCO, op. cit. p. 335.

30 Ibidem. p. 353-354.

conjuntamente com Flores. Acreditava que não era adequado obter a rendição da cidade e, depois, passá-la para Flores. A aceitação de Villalba como presidente não era desejável e ele mesmo reconheceu ser impossível sua permanência. No dia 20 de fevereiro de 1865, assinaram o Convênio de Paz, Flores, Paranhos e o Senador Manuel Herrera y Obes, pelo governo do Uruguai.

No dia 21 de fevereiro, as forças de Flores entraram na cidade. No dia seguinte, entraram as do Brasil. E no dia subsequente, Flores fez sua entrada solene. Ele assumiu, em seguida, a Presidência da República.

Houve, no entanto, um conflito entre Paranhos e Tamandaré. Tamandaré era o comandante-em-chefe das operações e se sentia posto de lado por Paranhos, que assumira a parcela política e praticamente não lhe consultava. Ele queria um desagravo pelo que os *blancos* haviam feito à bandeira nacional, em 9 de fevereiro, e, também, punições severas pela queima dos tratados em praça pública, com presença e participação de autoridades uruguaias. Tamandaré chegou a pedir demissão, expressando suas opiniões por escrito.

O Convênio de Paz negociado por Paranhos também não satisfez a todos os brasileiros por não ter exigido punições pelas ofensas ao Brasil ocorridas no final do governo de Aguirre. Houve reação popular brasileira à tolerância de Paranhos quando se tornaram públicos, no Rio de Janeiro, os termos do Convênio. O ministro dos Negócios Estrangeiros propôs a demissão de Paranhos ao Imperador e, em 3 de março, o futuro Visconde do Rio Branco foi demitido em decreto assinado por D. Pedro II. Segundo Doratioto, “*para a demissão de Paranhos, teve maior peso o aspecto político e a opinião pública do que sua divergência com Tamandaré.*”<sup>31</sup> Cabe observar que o gabinete era liberal e Paranhos conservador.

Mais tarde, Paranhos, em discurso no Senado a cinco de junho de 1865, justificou suas decisões<sup>32</sup>, mostrando que, do modo que agira, atingira o propósito maior de resolver o problema uruguaio de forma definitiva, para que o Brasil pudesse se dedicar totalmente ao conflito com o Paraguai, já iniciado, ter o país como aliado e utilizar seu território como base de operações.

A ação de Tamandaré no comando da intervenção brasileira no Uruguai foi eficaz. Em poucos meses, resolutamente, agiu com a violência que a situação exigia e cumpriu sua missão, empregando os meios militares de que dispunha. É provável que a tolerância de Paranhos com os vencidos, mal vista no século XIX, por muitos, também tenha levado ao melhor resultado possível.

31 DORATIOTO, op. cit. p. 77.

32 RIO BRANCO, op. cit. p. 299-406.

As experiências durante a vida de uma pessoa são muito importantes para orientar suas atitudes. Tamandaré, até 1864, já havia participado ativamente de dois conflitos externos, a Guerra de Independência e a Guerra Cisplatina. No primeiro, a ação rápida e eficaz de Cochrane no comando da Esquadra brasileira levou, em cerca de oito meses, à adesão de todo o território brasileiro à causa da Independência. No segundo, a indecisão da luta em terra e o prolongamento da guerra fizeram com que se buscasse a arbitragem externa, com resultados apenas parcialmente satisfatórios em relação ao que o Brasil desejava na época. Cabia-lhe, portanto, agir rápida e eficazmente na Campanha Oriental, como lhe apontava, corretamente, sua experiência pessoal.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 13.
- BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai – História e historiografia. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 13.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 51.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 1v. p. 310.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 307.
- SCHNEIDER, Louis; NOGUEIRA, Manoel Thomaz Alves; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o governo da República do Paraguai: (1864-1870)*. São Paulo: Edições Cultura, 1945. 1t. p. 84.

# A MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL E DO PESSOAL DA MARINHA NAS VÉSPERAS DA REVOLTA DOS MARUJOS DE 1910: MODELOS E CONTRADIÇÕES

Sílvia Capanema Pereira de Almeida<sup>1</sup>

Modernidade é uma noção complexa. Antes de tudo, diz respeito a um contexto no qual se inserem atores – convictos de que estão imersos em um processo de mudanças – e sobre o qual pensam intelectuais e historiadores – que a definem como um período de longa duração em que se esboça com maior clareza o conceito de sujeitos de ação (Arendt, 1982; Dumond, 1983; Le Goff, 1988). Mas a modernidade pode ser também um discurso utilizado para justificar medidas sempre tomadas em nome da necessidade de “modernização”. Assim, ela não possui existência concreta, é exclusivamente imaginada.

O ponto de partida deste artigo é demonstrar em que medida o início da República brasileira constituiu, para as instituições oficiais como a Marinha de Guerra, um novo momento de afirmação dos ideais da modernidade, depois da Independência e do Império, contornado pelas noções de progresso, civilização e ordem, mesmo que isso não implique dizer que existia um único e coeso projeto de modernização nem que os resultados pretendidos fossem alcançados. Ao contrário, na Marinha como em outras instâncias, havia tanto continuidades quanto discontinuidades, bem como diferentes visões, e os ideais republicanos de modernidade, muitas vezes, somente existiam em discursos e modelos. Meu objetivo final é discutir um paradigma tradicional da Primeira República, segundo o qual o período e o universo em questão se caracterizariam por um importante abismo entre a dimensão material – supervalorizada – e pessoal – menosprezada.

Segundo alguns historiadores navais, o progresso técnico do início do século tinha como consequência imediata a substituição do pessoal da Armada. Assim, o trabalho a bordo na época dos navios a vela exigiam verdadeiros “homens feras” recrutados tradicionalmente pela polícia e “adestrados” por uma disciplina rigorosa, que compreendia diferentes formas de castigos corporais

<sup>1</sup> Doutora em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), pós-graduação em LLCE - Langues, Littératures et Civilisations Étrangères pela Université Blaise Pascal e mestrado em História pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. É Professora e Pesquisadora do CRESC – Centre de Recherches Espace, Sociétés et Culture, Universidade de Paris 13 –Nord.

Este Artigo foi publicado originalmente na Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45. Agradecemos à revista pela autorização dada a esta republicação.

Rio de Janeiro, Ano I, Nº 3, Dezembro de 2010

(Martins, 1988). De acordo com uma expressão utilizada pelo vice-almirante Hélio Leôncio Martins (1988:87), os marujos do tempo do barco a vela eram “homens de ferro em navios de madeira”. Porém, no início do século XX, esses navios – “jaulas flutuantes” – foram substituídos pelos encouraçados que exigiam um novo tipo de pessoal, mais bem formado e avesso às antigas medidas disciplinares. Segundo essa corrente, o erro da Marinha brasileira do início do século que levou à revolta dos marujos em 1910 contra os castigos corporais<sup>2</sup> foi o de tentar substituir os navios de guerra sem proceder à troca do pessoal de bordo, criando um abismo entre essas duas dimensões.

A incoerência entre as esferas dos equipamentos e humana nesse contexto remonta à argumentação de Gilberto Freyre, ainda que para denunciar as más condições de vida dos marinheiros. Em *Ordem e Progresso*, o conhecido sociólogo sustenta que a República brasileira teria falhado, sobretudo durante os governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e Afonso Pena (1906-1909), pois “cuidou-se da modernização das coisas e das técnicas sem se cuidar ao mesmo tempo da adaptação dos homens e das pessoas a novas situações criadas pela ampliação ou pela modernização tecnológica da vida brasileira” (2000:899). Freyre se apoia nos argumentos apresentados pelo oficial José Eduardo Macedo Soares em uma obra publicada clandestinamente em 1911, na qual tenta explicar “os tristes acontecimentos de 1910” a partir dos problemas internos da Marinha e da República brasileira. De acordo com esse outro autor, que assina seu livro como “um oficial da Marinha”:

O erro inicial esteve na superposição do problema do material sobre o problema do pessoal. Caso os governos tivessem nas épocas de penúria renovado o quadro dos oficiais (...), modificado a situação da marinhagem, isolando os marinheiros provenientes das escolas da massa incorrigível que deveria ser eliminada, nós teríamos podido em tempo próprio realizar o programa naval. (...) A primeira impressão que produz uma guarnição brasileira é de decadência e incapacidade física. Os negros são raquíticos, mal encarados, com todos os signos deprimentes das mais atrasadas nações africanas. As outras raças submetem-se à influência de meio criada pelos negros sempre em maioria. Profundamente alheios a qualquer noção de conforto, os nossos marinheiros vestem-se mal, não sabem comer, não sabem dormir. Imprevidentes e preguiçosos, eles trazem da raça a tara da incapacidade de progredir. (Macedo Soares, 1911:84-86).

Ora, é justamente a partir desse estudo marcado pelas teorias raciais da época em questão que tem origem o paradigma da contradição do pessoal e do material na modernização da Marinha

<sup>2</sup> Esta revolta é conhecida pela historiografia como “Revolta da Chibata”, título do livro do jornalista Edmar Morel publicado pela primeira vez em 1959 (MOREL, 2009).

de guerra tão utilizado por diversos pesquisadores civis ou militares, mesmo se propondo argumentos bem distintos<sup>3</sup>. No entanto, uma pesquisa a partir dos relatórios dos ministros da Marinha (RMM)<sup>4</sup>, de obras da época, da correspondência diplomática ou militar e dos arquivos das escolas de aprendizes-marinheiros permite relativizar essas abordagens. Com efeito, no quadro da Marinha brasileira da Primeira República, a modernização implantada abrange tanto uma reforma dos equipamentos quanto uma proposta de resolução para o problema do recrutamento e formação de praças, através de “soluções” pensadas especialmente durante a gestão de Alexandrino de Alencar (1906-1910). Afirmar isso não consiste dizer que esses projetos fossem uniformes e isentos de críticas e limitações e que não houvesse, em sua concretização, a manifestação de preconceitos e de interesses pessoais. Ao contrário, o que se pretende demonstrar é que havia no contexto estudado projetos modernizadores que envolviam as duas dimensões – humana e material – mas que essas iniciativas eram repletas de contradições internas, mas não correspondiam necessariamente a uma contradição que opusesse essas duas dimensões entre si. Como veremos, não se pode dizer que os projetos de reaparelhamento da Marinha eram fabulosos e perfeitos, nem que não houvesse um investimento de ideias e de fundos para resolver a questão humana. Assim, esse novo olhar possibilita enfim pensar de que maneira os praças da Marinha também se incluíam nesse projeto mais amplo de modernização.

### **A MODERNIZAÇÃO TÉCNICA**

A consolidação da Marinha brasileira remonta ao período imperial. A Armada teve um papel decisivo na repressão ao tráfico negreiro a partir de 1850 e na Guerra do Paraguai (1864-1870) que acelerou a substituição progressiva das embarcações. Num intervalo de pouco mais de 20 anos, entre 1848 e 1870, quase a totalidade dos navios a vela cederam lugar aos vapores que permitiam a adoção do sistema misto vela-vapor e aos encouraçados (Arias Neto, 2001:80). Em seu potencial tanto de ruptura quanto de continuidade, a chegada da República introduziu mudanças relativas ao lugar que o Brasil pretendia ocupar no cenário internacional. Desde o início do novo regime, os diferentes ministros tornaram públicas suas reclamações em seus relatórios anuais e a revolta dos oficiais de 1893 pode ser compreendida, nesse contexto, como um marco. Ela expressa o extremo da insatisfação dos oficiais da Marinha e também pode ser vista como um auge no desmonte de

<sup>3</sup> O argumento da contradição entre a dimensão material e pessoal é retomado por diversos autores, como Maestri (2000) e MORGAN (2001), ainda que, como dito, seus discursos sejam bastante diferentes do “oficial da marinha” Macedo Soares.

<sup>4</sup> Esses relatórios encontram-se disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>

forças humanas e materiais. Mas o final do século inaugura uma retomada dos investimentos na Armada brasileira. Dotar a República de uma Marinha poderosa, que garantisse visibilidade ao país e a presença de sua bandeira no exterior, além de um lugar hegemônico na América do Sul e a defesa do território nacional, torna-se uma necessidade primordial, sobretudo durante o período em que Rio Branco ocupa o Ministério das Relações Exteriores entre 1902 e 1912 (Bueno, 2003). A experiência das guerras sino-japonesa de 1894-1895 e russo-japonesa de 1904-1905 colocava ainda mais em evidência essa necessidade para os combates “modernos”, que mostravam a importância da logística e da colaboração entre tropas terrestres e navais e a necessidade do poder bélico na defesa. É nesse contexto que surge a ideia de elaborar um verdadeiro projeto naval para o Brasil, fato inédito até então.

No entanto, se havia um certo consenso sobre a necessidade desse projeto naval, a forma como ele deveria ser orientado não era uma unanimidade e os recursos financeiros nem sempre podiam ser assegurados. Nos outros países do mundo, havia pelo menos duas formas de pensar a construção bélica naval. Na França, a chamada *Jeune Ecole* defendia, a partir da segunda metade do século XIX, a aquisição de pequenas, ligeiras e menos custosas embarcações, como torpedeiros e cruzadores, em detrimento dos grandes encouraçados (Verge-Franceschi, 2002:801-802). Já nos Estados Unidos, o modelo, sintetizado nos estudos do almirante Mahan, sustentava em contrapartida que o combate moderno deveria acontecer em alto-mar com o uso dos grandes navios (Verge-Franceschi, 2002:900). A estratégia da *Jeune Ecole* era mais defensiva que ofensiva, sendo acusada anos mais tarde como responsável pelo atraso da Marinha do país após a Primeira Guerra, enquanto o modelo pensado por Mahan era também tido como insuficiente por menosprezar a importância crescente dos submarinos.

O Brasil procurava se situar nesse debate e acompanhar a corrida armamentista dos países vistos como “mais avançados”. Enquanto o pretendido “projeto naval” começava apenas a ser discutido no Congresso e nos meios militares, as encomendas feitas já a partir de 1896 se destinavam na maior parte aos grandes construtores europeus, como o grupo inglês Amstron, os franceses Forges et Chantiers e a sociedade polonesa Vulcain. Somente dois novos navios seriam construídos na capital federal (RMM, 1896:101). A modernização naval brasileira marcava assim a reafirmação da posição do Brasil no ciclo de dependência bélico, alvo das disputas entre os países construtores de armamentos. Porém, o relatório do ministro do ano seguinte indica também que o país encontrava dificuldade em honrar o pagamento das encomendas feitas na Europa e que a Marinha se via obrigada

a anular uma parte dos pedidos, a vender alguns navios já terminados e a cancelar as construções planejadas para o Brasil, por falta de meios para pagar o pessoal.

O Brasil não era o único país sul-americano que se envolvia nas questões armamentistas. O embaixador brasileiro em Buenos Aires relatou ao ministro das Relações Exteriores sobre o considerável desenvolvimento da Marinha argentina, que tinha passado de 6.114 toneladas em 1875 a 94.891 em 1900. A Argentina gozava portanto da superioridade bélica e o Brasil deveria de toda forma recuperar o lugar de primeira potência naval no sub-continente (Bueno, 2002: 288-232). Nesse contexto, um primeiro projeto é enfim apresentado pelo ministro Júlio César de Noronha, correspondendo à sede de modernização que marcava a presidência de Rodrigues Alves. O “projeto de 1904” caracterizava-se pela proposta de compra de navios menores e de custo mais baixo, como encouraçados médios, torpedeiros e contra-torpedeiros, que tinham mostrado sua relevância na batalha de Porto-Artur, uma das mais sangrentas da guerra russo-japonesa. Segundo suas próprias palavras:

Eis, pois, em resumo, o meu programa a realizar-se no decurso de seis a oito anos :3 couraçados de 12.500 a 13.000 tons de deslocamento; 3 cruzadores couraçados de 9.200 a 9.700 tons.; 6 caça-torpedeiros de 400 tons.; 6 torpedeiras de 130 tons.; 6 torpedeiras de 50 tons; 3 submarinos; 1 vapor carvoeiro, capaz de carregar 6.000 tons de combustível., (RMM, 1903:11).

Pela primeira vez, o Brasil pretendia desenvolver um projeto naval integrado, já que as encomendas anteriores somente tratavam da aquisição de peças individuais e não de um conjunto (Martins Filho, 2010). No último relatório assinado por Noronha – relativo a 1905 –, o ministro faz saber que, após uma concorrência entre diversas construtoras estrangeiras, a companhia inglesa Armstrong Whitworth & Co. Limited se encarregaria da construção dos três encouraçados “por ser, dentre as que satisfizeram todos os requisitos exigidos, a de menor preço” (RMM, 1905:5). Porém, estudos mostram que a firma inglesa teria contado também com a existência de interesses privados e a boa política de seus agentes, já que a encomenda “jamais teria sido conseguida não fossem os enormes *pots-de-vin* generosamente distribuídos às mais altas autoridades navais e outras personagens envolvidas”, como atesta a correspondência do Foreign Office britânico citada por José Roberto Martins Filho (2010).

Pouco depois da adoção unânime do projeto pelo congresso brasileiro e de sua transformação em lei em dezembro de 1904, as críticas e as propostas de modificação já apareciam. Voltava-se contra o pequeno tamanho dos navios de guerra, sobretudo depois do lançamento aos mares do moderníssimo



encouraçado inglês modelo *Dreadnought* em 1906, cuja construção havia sido iniciada em outubro de 1905. Mas as mudanças efetivas só entraram em vigor um pouco mais tarde. No mesmo ano, o ministro Noronha tenta todavia defender o seu projeto contra as críticas, argumentando em seu relatório:

A guerra russo-japonesa, pondo em relevo a utilidade de uma Marinha poderosa, levou as principais potências marítimas à construção de navios de grande deslocamento. E como cada uma quer a primazia no domínio do mar, construído o *Dreadnought*, de 18.000 toneladas, o Japão, a Alemanha, e a França, cujos orçamentos comportam largas despesas, imitaram a Grã-Bretanha. Esse deslocamento (...) será avolumado dentro em pouco. (...) E o Brasil, que em assunto de Marinha tem muito a fazer, que é tributário do estrangeiro e nem sequer dispõe de um arsenal aparelhado para a conservação dos navios projetados, poderá seguir a perigosa trilha ora encetada pelas nações de primeira ordem? (RMM, 1905:7).

Noronha é substituído em 1906 por Alexandrino de Alencar, originário do Rio Grande do Sul, filho de oficial da Marinha, antigo combatente da guerra do Paraguai e rebelde de 1893 anistiado, que ocupa a pasta de ministro entre 1906 e 1910, 1913 e 1918, 1922 e 1926, sendo reconhecido, no interior da Armada brasileira, como um de seus heróis (Alencar, 1989). Como o projeto de Noronha não tinha saído do papel, reúnem-se as condições para alterá-lo e os construtores ingleses aceitam a proposta de modificar as encomendas. O debate dividiu o congresso entre favoráveis à construção de navios mais modestos e defensores da aquisição de *dreadnoughts*. O ministro Alexandrino representava esta segunda corrente. Decidiu-se que um novo projeto seria elaborado, respeitando-se contudo os créditos concedidos ao projeto de Noronha.

O novo decreto promulgado em novembro de 1906 não estabelecia a velocidade e as características das embarcações, provavelmente por medo de que se tornassem obsoletas – como acontecera com a proposta de Noronha. A decisão final ficou conhecida como parte integrante do projeto “Rumo ao mar” do almirante Alexandrino e, em 1907, foi dada ordem para a construção dos *dreadnoughts Minas Gerais* e *São Paulo*, de mais de 18.000 toneladas de deslocamento. O governo desiste do encouraçado *Rio de Janeiro*, que é vendido para a Turquia, participando dos combates da Primeira Guerra. A historiografia aponta duas razões para a anulação da compra deste terceiro navio: os altos custos das encomendas e a pressão de outras nações sul-americanas, nomeadamente da Argentina. De fato, tanto a imprensa argentina quanto os diplomatas do país denunciavam as pretensões armamentistas brasileiras, acusando a diplomacia de Rio Branco de “expansionista” e

“imperialista”, embora o ministro não defendesse particularmente o projeto de Alexandrino e fosse mais favorável à compra de navios menores, nos moldes do projeto de Noronha (Heinsfeld, 2006; Bueno, 2003:223). De toda forma, as novas aquisições brasileiras embarcarão o país vizinho em uma verdadeira corrida armamentista e, no início de 1910, a Argentina encomenda dois *dreadnoughts* de 28.000 toneladas de deslocamento.

As outras nações europeias também assistirão com desconfiança a essa sede de renovação dos equipamentos navais brasileiros, buscando ainda enquadrar seus próprios interesses. Uma nota do representante francês em função no Brasil em 1908 se interroga a propósito das encomendas da Marinha brasileira: “A que objetivo imediato respondem esses armamentos? Tratar-se-ia de um acesso, custoso aliás, de megalomania? Ou será que o Brasil teme realmente um conflito com a República Argentina com relação à jurisdição das águas do Rio de la Plata?”<sup>5</sup>

Do lado europeu, era preciso tentar garantir uma parte, fosse ela pequena, desse “bolo”. Os diplomatas franceses, por exemplo, estudavam responder às demandas da Marinha brasileira e, mesmo quando não podiam concorrer diretamente, faziam uso de outros métodos para assegurar suas pequenas vantagens, como atesta a carta do representante desse país em Petrópolis em maio de 1909 endereçada ao Ministro de Relações Exteriores francês:

O governo brasileiro acaba de encarregar a indústria francesa dos consertos do navio-escola *Benjamin Constant*. Os trabalhos a serem feitos se elevam a aproximadamente 1.500.000 francos. M. Lambert, negociante francês residente no Rio de Janeiro há muitos anos e que está em contato com o ministro da Marinha, tinha me pedido para intervir a seu favor junto ao almirante Alencar para convencê-lo a confiar à Forges et Chantiers do Mediterrâneo as reparações desse navio de guerra, construído, aliás, por essa companhia metalúrgica francesa. Construtores ingleses tinham apresentado ofertas sensivelmente mais vantajosas e nos ameaçavam. *As conversas que tive com o ministro da Marinha convenceram-no a nos dar preferência*<sup>6</sup>. (Grifo nosso)

Além disso, da mesma forma que o projeto brasileiro alimentava as rivalidades com os vizinhos do sub-continente, através dele também eram recolocados problemas próprios às inimizades dos países europeus, como nos indica ainda este outro extrato da correspondência diplomática francesa a respeito do envio de um adido naval ao Brasil:

A Alemanha, é verdade, se contenta por enquanto com um simples oficial anexo à sua legação,

<sup>5</sup> Archives du Quai d’Orsay, Correspondance politique et commerciale, Défense Nationale, vol. 3, 24/09/1908. As traduções são nossas.

<sup>6</sup> *Idem*, 09/05/1909.

mas a Inglaterra, os Estados Unidos e a Argentina têm adidos navais ou militares, conforme o caso. Esse ato de cortesia só poderia agradar aos brasileiros. Como podemos prever, sem medo de errar, que cedo ou tarde, ele será executado pela Alemanha, melhor seria, a meu ver, precedê-la do que sucedê-la<sup>7</sup>.

No final das contas, o programa “Rumo ao Mar” se reduziu à compra de dois *dreadnoughts*, dois *scouts* e dez *destroyers*, entregues ao Brasil a partir de 1908. Se as construções destinavam-se na maior parte às companhias inglesas, na incorporação dos navios inventava-se uma forma de fazer bem brasileira – ou copiava-se uma tradição da República dos Estados Unidos. A partir de então, os principais navios da frota serão batizados com os nomes dos Estados da República federalista, como *Minas Gerais*, *São Paulo*, *Bahia*, *Rio Grande do Sul*, assim como no vizinho do Norte existem os *USS Texas*, *USS Michigan*, *USS South-Caroline*.

Para além das críticas e dos jogos de interesses diplomáticos, a chegada dos navios foi recebida com grande elã popular. Em abril de 1910, ela foi narrada com ufanismo por *O Paiz* :

A chegada do *Minas Gerais*, eis o grande acontecimento que ontem fez palpitar numa vibrante emoção patriótica toda a alma nacional (...) Os brasileiros (...) saudavam no vulto de aço do *Minas Gerais* o Brasil novo, opulento e poderoso que vai na sua rota de progresso e civilização com a mesma galhardia com que o primeiro de seus *dreadnoughts* – o primeiro *dreadnought* do mundo – entrou nas águas espelhantes da Guanabara. (*O Paiz*, 18/04/1910).

O palhaço negro e compositor popular Dudu das Neves também dedicará ao gigante encouraçado uma de suas mais populares canções. Hoje reconhecida como hino do Estado Minas Gerais, a letra original, escrita para a melodia italiana *Vienne sul mare*, dizia:

Louros triunfais/ O século nos traz/ Vamos saudar o gigante do mar/ Oh, *Minas Gerais*!/ Viva a armada, viril, brasileira/ Que hoje pode, orgulhosa, cantar/ É no mar, pelo sul, a primeira/ Pois ostenta o gigante do mar/ Já não teme os poderes navais/ É, também, poderosa e viril/ Basta a força do *Minas Gerais*/ Pra defesa do nosso Brasil!

Esse tom ufanista, que também existiu no mesmo período com relação à modernização do recrutamento naval, como veremos a seguir, terá seus limites e suas contradições. Junto com os navios, mudavam-se também as relações de trabalho e, a bordo de cada um deles, conviviam a serviço entre 500 e 1000 homens, outro fato novo na Marinha brasileira. Quanto ao “poder” dos gigantes

<sup>7</sup> *Idem*, 03/06/1909.

*dreadnoughts* brasileiros, o *Minas* e o *São Paulo* serão rapidamente ultrapassados pelos inventos da corrida armamentista provocada pela Primeira Guerra Mundial. E o Brasil não terá as condições necessárias para acompanhar essa concorrência.

### **A MODERNIZAÇÃO DO PESSOAL**

Os problemas do recrutamento militar no século XIX na Marinha como no exército, no Brasil e nos outros países da América Latina, já foram demonstrados pela historiografia (Beattie, 2001; Castro, Izecksohn, Kraay, 2004). O baixo número de voluntários devia ser equilibrado pelo recrutamento forçado, cujo resultado era a mesma origem social dos praças: excluídos, indigentes, homens livres pobres e escravos enviados, frequentemente, como substitutos de seus proprietários. A polícia também podia contribuir a preencher os claros das Forças Armadas, enviando condenados e capturando à força homens pobres e marinheiros a serviço da Marinha mercante. Porém, essas práticas não podem conduzir o historiador unicamente a generalizações, é preciso estar atento também para a existência de casos em que a carreira de praça de Marinha e do Exército podia ser uma alternativa, sobretudo para escravos, livres e libertos (Almeida, 2009).

O altíssimo número de deserções complicava o quadro de constante sub-efetivos (Almeida, 2009:92). O problema da falta de braços era repetidamente apresentado pelos ministros da Marinha em seus relatórios e se explicava, segundo o ministro Eduardo Wandenkolk, pela verdadeira “repugnância que em geral manifesta a nossa população para a vida marítima militar.” (RMM, 1890:13). Duas “soluções” para a falta de pessoal foram pensadas ainda durante o Império. Em 1840, é criada a Companhia de Aprendizes Marinheiros para fornecer marujos para a Armada Nacional. Os principais argumentos utilizados para a fundação dessas companhias eram a garantia de braços e a importância da formação técnica, mas também primária, indispensável ao bom marinheiro. Nas Companhias de Aprendizes deveriam se inscrever menores entre 10 e 17 anos, idade em que se tornavam grumetes, levados pelos pais ou tutores que deveriam receber uma gratificação pelo alistamento das crianças. Estes eram os termos da lei, mas, como sabemos, muitas vezes a prática da Marinha diferia bastante do previsto no papel. As companhias de Aprendizes também podiam ser alimentadas pela inscrição de órfãos, crianças abandonadas e pequenos delinquentes enviados pelas autoridades policiais e judiciárias.

Uma outra alternativa pensada foi o sorteio marítimo militar, transformado em lei em 1874.

O decreto excluía diversos estratos da população, como os fisicamente inaptos, os diplomados e os trabalhadores de alguns setores, como os ferroviários, a fim de preservar o mercado de trabalho da época. Mas o sorteio não será posto em prática imediatamente e ele se mostrará um verdadeiro fracasso quando finalmente executado em 1903. Estabelecido que os empregados do setor marítimo seriam o público alvo, já que tinham o conhecimento necessário para o trabalho a bordo dos vasos de guerra, os trabalhadores portuários organizaram uma greve alguns dias antes do sorteio e muitos dos sorteados apresentaram atestados médicos ou procurações de juizes. Além disso, conforme relata o ministro, o restante da população brasileira mostrou simpatia a esses trabalhadores ou simples “falta de interesse”, inviabilizando o sorteio (RMM, 1903). Assim, as principais formas de recrutamento da Marinha de guerra brasileira permanecem o alistamento de voluntários, o recrutamento forçado e os egressos das escolas de aprendizes.

A despeito dessa combinação de fatores, o número insuficiente de praças da Marinha continuará uma constante até o final da década de 1900, como podemos ver no quadro 1. Importante observar que a Revolta da Armada de 1893 causou grandes perdas ao contingente de praças, com consequências para os anos seguintes. Da mesma forma, a chamada modernização técnica, com a substituição dos navios, também exigiu um aumento do número de efetivos desejados. Interessante concluir enfim que, às vésperas da revolta de 1910, o Corpo de Marinheiros Nacionais tinha aproximadamente 80% de seu total, o que indica que algo foi feito para paliar o problema da falta de braços.

A carência de homens que marcou os primeiros anos da República associava-se também a uma lógica viciosa no interior da Marinha: se o tempo de serviço obrigatório era longo – que podia chegar a 15 anos para os aprendizes, 10 para os voluntários, 5 para os reengajados e 3 para os sorteados – ele não podia ser reduzido, segundo alguns oficiais, justamente pela falta de braços. Além disso, os ex-alunos das escolas de aprendizes deviam permanecer durante mais tempo que os outros a fim de “devolver” ao Estado o investimento dispensado para sua formação. Os oficiais reclamavam em vão dos baixos salários e das recompensas concedidas raramente às famílias dos aprendizes, o que afastava ainda mais os possíveis voluntários e esvaziava os navios.

A chegada da República não trouxe mudanças estruturais significativas a esse sistema. As companhias de aprendizes passaram a se chamar “escolas de aprendizes” e os marujos pertenciam a partir de então ao Corpo de Marinheiros Nacionais, mas a legislação permanecia praticamente a mesma nos primeiros anos da República e os castigos corporais continuavam sendo aplicados tanto

pela lei – no limite de 25 chibatadas por dia – quanto na prática – ultrapassando em muito esse número, chegando com frequência a 100, 200 ou 300 golpes dados diante de toda a tripulação (Nascimento, 2002; 2008). Além disso, o serviço de marinheiro continuava não atraindo muitos trabalhadores voluntários, como nos diz o ministro Custódio José de Melo em seu relatório de 1891:

“O voluntariado sem prêmio nada nos pode prometer, visto que, com o desenvolvimento que ultimamente não têm as nossas indústrias, tornou-se fácil e bem remunerado o trabalho, e ninguém deixará de nelas empregar-se para engajar-se como marinheiro com o mesquinho soldo de 9\$375 mensais. Esta quantia pode qualquer trabalhador ganhar em dois dias.” (RMM, 1891:28).

Ano	Efetivos	Efetivos desejados (Fixados para a Força Naval)	Número de marinheiros que faltam para completar o corpo	Porcentagem de preenchimento do corpo
1888 – Companhia de Imperiais Marinheiros	3 218	3 300	82	98%
1889	-	4 000	-	-
1890	-	4 000	-	-
1891	2 951	4 012	1 054	74%
1892	3 174	4 012	838	79%
1893	916	4 012	3 096	23%
1894	1 248	4 012	2 764	31%
1895	1 708	4 000	2 292	43%
1896	1 809	4 000	2 191	45%
1897	1 792	4 000	2 208	45%
1898	1 904	4 000	2 096	48%
1899	1 981	4 000	2 019	50%
1900	1 946	4 000	2 054	49%
1901	2 091	4 000	1 909	52%
1902	2 552	4 000	1 448	64%
1903	3 014	4 000	986	75%
1904	2 661	4 000	1 339	67%
1905	2 760	4 000	1 240	69%
1906	2 866	4 000	1 134	72%
1907	3 120	4 000	880	78%
1908	3 274	5 000	1 726	66%
1909	4 097	5 000	903	82%
1910	-	-	-	-
1911	2 335	5 000	2 665	47%
1912	4 032	5 000	968	81%
1913	4 449	6 000	1 968	74%
1914	4 700	5 000	300	94%

**Quadro 1: Efetivos do Corpo de Marinheiros Nacionais (1888-1914) Fonte: RMM, 1888-1914**

Muitos dos voluntários alistados eram de fato coagidos pelas autoridades policiais, sobretudo a partir das brechas abertas pelo código penal da República de 1890, que punia, em seus artigos 399 a 404, a “vagabundagem”, a “capoeiragem” e a “mendicância”. Segundo os termos da lei, a pessoa em uma dessas situações poderia ficar detida por alguns dias e se engajava a encontrar uma ocupação, que podia ser o enquadramento militar. Uma análise das fichas de identificação do GIM – Gabinete de

Identificação da Marinha, criado em 1908 justamente com a finalidade de “fichar” os praças e inibir as deserções – , indica que alguns dos marinheiros nacionais e soldados navais eram conhecidos da polícia pelas contravenções citadas acima, mas eles eram minoritários (Almeida, 2009). No entanto, é preciso observar que essas interfaces entre a polícia e o recrutamento forçado – ou o voluntariado forçado – contribuíram bastante para a criação de um imaginário de “classes perigosas” associado aos praças da Marinha de guerra e aos aprendizes marinheiros. Essa imagem é reproduzida no discurso do embaixador francês no Brasil, que escreve a seu ministro a propósito dos rebeldes de 1910:

As tripulações, na sua grande maioria compostas de negros e mulatos, provêm das escolas de ‘aprendizes marinheiros’, jovens vagabundos e malfeitores, recolhidos pela polícia, ou jovens incorrigíveis, cujas famílias, em derradeiro ato de desespero, enviam a essas escolas como a uma casa de correção.<sup>8</sup>

A solução para estabelecer um pessoal mais compatível com a modernização almejada foi reforçar a contratação de marujos através das escolas de aprendizes espalhadas pelo país, que já eram o “principal viveiro da Marinha de guerra” (RMM, 1906) desde os anos 1855, correspondendo com aproximadamente 2/3 dos incorporados como marinheiros nacionais em muitos períodos. Essas escolas passaram então a receber uma crescente atenção das autoridades navais e invadiram o debate sobre o futuro do Corpo de Marinheiros Nacionais. Contudo, eram frequentemente alvo de críticas, por serem consideradas casas de correção onde o ensino profissional e primário estava longe de ser uma prioridade, e a forma de concebê-las não era uma unanimidade. Dois modelos conviviam: um deles sugeria a diminuição do número de escolas para um melhor uso de seus recursos e outro apostava, ao contrário, na existência de várias escolas espalhadas pelo país. No período do ministro Alexandrino, este segundo modelo será vitorioso.

A justificativa da necessidade dessas escolas não se restringia ao quadro interno da Marinha, elas também eram vistas, de acordo com essa concepção, como exercendo uma “função social”, a de fornecer aos jovens delinquentes e sem família uma escolaridade e uma profissão. Para responder a um “antigo preconceito” e promover os feitos do ministério de Alexandrino de Alencar, o livro *Nossa Marinha* foi editado pela Imprensa Naval em 1910. Algumas passagens dessa obra propagandística explicam essa dupla importância das escolas de aprendizes e a visão da nova gestão do ministério:

Deste modo o nível do preparo das equipagens vem subindo sempre, ao passo que – fato

<sup>8</sup> Archives du Quai d’Orsay, Correspondance politique et commerciale, politique Intérieure – Immigration, vol. 6, 28/11/1910.

digno de nota – a criminalidade baixa a um coeficiente até então não conseguido nos efetivos militares do país (...). Noutros tempos, havia o preconceito de que o serviço do mar era um castigo. Nada mais absurdo (...). O verdadeiro, o maior, o mais triste castigo é o que inconscientemente nossas autoridades infligem à infância com o analfabetismo e a vadiagem, que no geral a embrutecem e infelicitam em muitas cidades da nossa terra. Ao contrário, o aluno de uma Escola de Aprendizes ali recebe a preparação intelectual, física, moral e profissional, que o dignifica, o aperfeiçoa e o salva.” (Dias, 1910: 264-266).

De fato, segundo o projeto de Alexandrino, elas contabilizavam 17 instituições e o total de alunos chegava a 1711 em 1907, contra 650 em 1885. Para garantir a formação e o máximo de braços à Marinha, as escolas se espalhavam pelos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda que bastante concentradas no litoral do país, essa dispersão geográfica das escolas exercia igualmente uma dupla função ou “interesses recíprocos”. Segundo o ministro Júlio César de Noronha (RMM, 1903:58), elas deviam atrair jovens de outras regiões e nutrir os Estados de instituições que os proviam tanto de um lugar para enviar suas crianças “desvalidas”, quanto de formas para “consumir seus respectivos produtos locais”. Conseqüentemente, mas também devido ao deslocamento interno da população brasileira no período, 84,8% dos praças da Marinha, a partir de uma análise de uma amostra de indivíduos que foram identificados pelo Gabinete de Identificação em 1908, não eram originários da capital federal ou do Estado do Rio de Janeiro e 65,6% vinham do Norte ou do Nordeste (ALMEIDA, 2009).

Para além desse esforço material, como era de fato o cotidiano dessas instituições e quais as expectativas de seu público, os futuros praças da Marinha? Muitos são os relatos que atestam o fraco nível de alfabetização dos aprendizes, prematuramente transferidos para os navios da Armada em constante demanda de pessoal (Macedo Soares, 1911:84), mas a análise de outros documentos pode nos indicar pistas diferentes. Entre os exageros do discurso ufanista e as imagens negativas que tinham essas instituições, podemos perceber algumas nuances e particularidades envolvendo o projeto de modernização do pessoal. A publicação oficial da Marinha elogiava também os resultados obtidos pela gestão de Alexandrino, como nos indica a passagem seguinte:

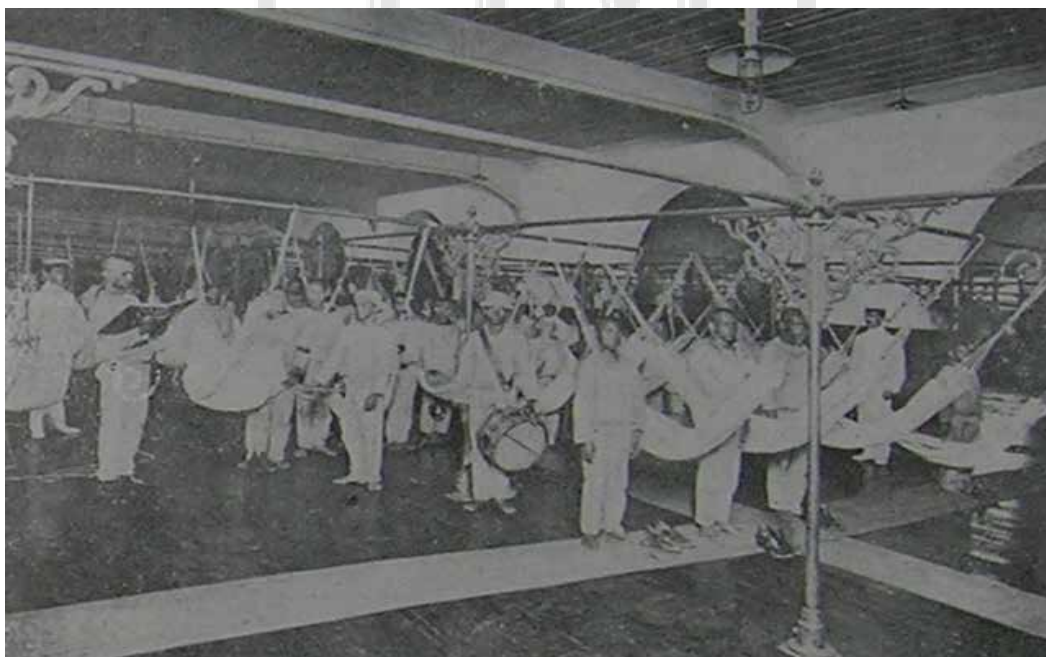
“O resultado desta orientação é desde já magnífico. Basta averbar que no ano de 1908 esses *viveiros* forneceram à armada cerca de 700 grumetes, e em 1909 nada menos de 905, todos sabendo ler e escrever, familiarizados com a vida de bordo e *adestrados* nalguma das especialidades da Marinha moderna: sinaleiros, timoneiros, torpedistas, artilheiros...” (Dias,



1910:232) (Grifo nosso).

Muito provavelmente, esse discurso é exagerado, mas é interessante observar como, através dos termos utilizados, revela-se uma forma de pensar: as escolas novamente são consideradas como “viveiros” onde os aprendizes seriam “adestrados”. Essa utilização de palavras próprias para o universo animal mostra que um dos objetivos evidentes das escolas era também o de civilizar esses jovens oriundos das classes populares, negros, mestiços, provincianos, nortistas e nordestinos.

As imagens dessas instituições produzidas por fotógrafos oficiais da Marinha também vão no mesmo sentido. Em *Nossa Marinha*, três representações mostram a organização da escola de aprendizes do Rio de Janeiro em momentos diferentes: no refeitório, na sala de aula e no dormitório (imagem 1). Nos três casos, os ambientes são impecáveis e tem-se a impressão, através da “dimensão realística” da fotografia (Barthes, 1995:1165), de tratar-se realmente de um grande esforço material e humano de parte das autoridades navais, num momento em que a educação pública estava longe de ser massiva e em que o número de órfãos e abandonados era bastante importante, como demonstraram outros trabalhos (Priori, 2006). Ao lado de estabelecimentos como a Igreja e os orfanatos, as instituições militares também tinham a pretensão de prestar um serviço à infância sem futuro, como atestam a imagem que pretendiam passar.

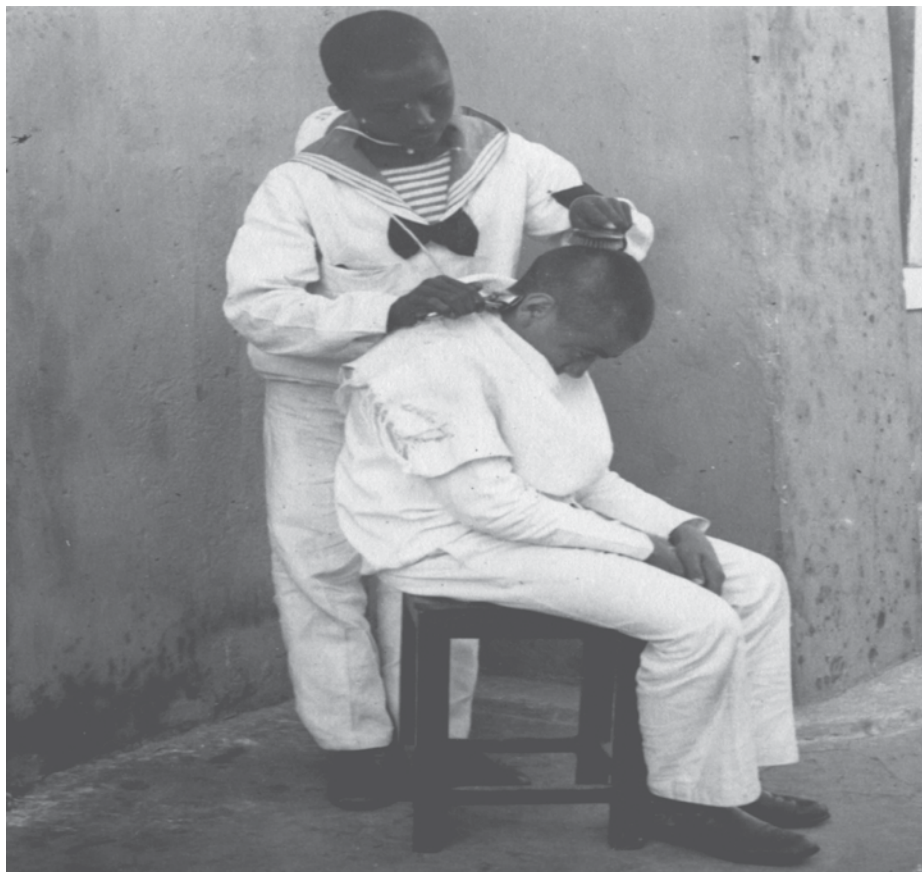


**Imagem 1: Dormitório da escola de aprendizes marinheiros do Rio de Janeiro. Fonte: Dias, 1910.**

Os regulamentos das escolas de aprendizes relativos aos anos de 1885 e de 1907 indicam poucas mudanças entre eles. Em ambos os casos, os aprendizes deviam cursar 3 anos e não podiam se desengajar por outro motivo que a incapacidade física ou mental. Só seriam transferidos ao Corpo de Marinheiros Nacionais aos 18 anos, salvo se tivessem mal comportamento, já demonstrassem ter capacidade física suficiente (regulamento de 1885) ou se mostrassem inaptos ao estudo (regulamento de 1907). Existiam uma série de punições para manter a disciplina, até mesmo os castigos corporais. Os domingos eram considerados dias de repouso, mas o aprendiz só poderia sair da escola fardado. Algumas mudanças quanto às disciplinas ensinadas se faziam, no entanto, presentes: no regulamento de 1907, a doutrina cristã desaparece das exigências e a carga do ensino de aritmética e de língua portuguesa é reforçada. A maior mudança diz respeito à introdução do ensino profissional através de oficinas, como a carpintaria. As atividades físicas ganham também maior espaço, como a ginástica, a natação e até mesmo o futebol. Os cursos seriam majoritariamente ministrados por militares – e não por professores primários, que só são contratados em maior número a partir da década de 1910, segundo referências relativas à escola do Ceará (Aquino, 2000).

É preciso desconfiar da aplicação desses regulamentos, pois diversos testemunhos e experiências nos mostram que entre a legislação e a prática havia sempre uma grande diferença (Nascimento, 2001, 2008). Mas eles nos dizem bastante sobre os modelos pensados. Quanto aos resultados dos alunos, a análise da documentação referente à escola de aprendizes de Salvador que encontramos nos revela ainda outros elementos<sup>9</sup>. Mesmo tratando-se de um período anterior – anos 1860 – , algumas notas indicam que os alunos eram avaliados com relação ao conhecimento de gramática, catecismo, operações básicas, tabuada, geografia e história do Brasil. Outras anotações indicam que alguns alunos já escreviam “bastardo” – ou seja, em letras primárias antes do domínio da caligrafia – em letras “finas” ou cursivas ou já “davam *Bom Homem Ricardo*”. *Bom Homem Ricardo* era a cartilha adotada por diversas instituições de ensino da época e consistia na tradução de máximas de Benjamin Franklin com conselhos sobre como enriquecer. Esse manual não era por acaso adotado na formação de praças da Marinha: os textos curtos combatiam a ociosidade e a perda de tempo, indicando o caminho do trabalho em contraposição à vagabundagem, ao alcoolismo, ao jogo, ao desperdício com coisas mundanas (Almeida, 2009).

9 AN, Série Marinha, Fundo AP, Livro de Matriculados Menores da 2ª. Cia de Aprendizes do Arsenal de Marinha da Bahia tendo principiado a funcionar o ensino primário em 8 de setembro de 1860, Cia. De Artífices- matrícula de menores, 1860, VIII M-92.



**Imagem 2 : Escola de aprendizes do Ceará (1917)** Fonte: SDM, Divisão de Documentos Especiais, Fundo: imagens, Série: Escola de Aprendizes: Escola do Ceará, 1917.

Assim, o objetivo curricular dessas escolas compreendia algo mais do que a formação primária ou técnica do marujo. Tratava-se de um verdadeiro projeto de ensino de boa conduta moral, em que a higiene também se fazia presente. Alguns anos mais tarde, mas ainda nesse mesmo contexto, o *Manual do aprendiz marinho* da escola do Ceará sintetiza os conteúdos que deviam ser ensinados nas escolas. Seu primeiro conselho aos marinheiros diz: “Sejam limpos porque a falta de asseio é repugnante e produz moléstias”. E o segundo: “Evitem o álcool e o jogo: o álcool arruína a saúde e o jogo perverte o caráter.” (1922:6). Disciplina, higiene e obediência pesavam bem mais do que a formação em outros sentidos, já que “o tipo ideal de um marinheiro é o de um homem vivo, asseado, correto, desembaraçado, sempre pronto a cumprir com satisfação as ordens.” (1922:5). Uma fotografia da mesma instituição datada de 1917 representa esse ideal-tipo de marinheiro, limpo e uniformizado. A representação do momento do corte de cabelo indica exatamente essa passagem que as autoridades da Marinha desejavam que o indivíduo fizesse para integrar suas escolas e posteriormente o Corpo de Marinheiros Nacionais.

## QUANDO O PESSOAL ENCONTRA O MATERIAL: TRAJETÓRIAS DOS MARUJOS DE 1910

Nesse contexto do final do Império e primeiros anos da República, algumas trajetórias e experiências nos revelam ainda que essas escolas podiam corresponder a certas expectativas dos alunos, pais e tutores. O marinheiro Adalberto Ferreira Ribas, um dos líderes da revolta de 1910, escolheu inscrever-se aos 14 anos como aprendiz na escola de Salvador para fugir ao seminário e à educação rígida aplicada por padres franceses e italianos a quem fora confiado pela mãe, segundo contou a seus filhos (Almeida, 2009). Sua caderneta subsidiária indica que foi alistado em seguida na Marinha de guerra como grumete em 1908, aos 15 anos. Tinha nível escolar bastante bom, tornando-se professor após fugir à repressão das autoridades aos rebeldes, mas é provável que sua instrução deva-se bem mais ao seminário do que à escola de aprendizes.

Para outro marinheiro indiciado pelo processo de 1912 (que visava avaliar a participação dos rebeldes de novembro de 1910 na revolta do Batalhão Naval em dezembro do mesmo ano), a passagem pela escola de aprendizes também parecia ser uma escolha. Conforme indica uma carta apreendida da mãe de Miníbio Pereira da Silva:

Querido Miníbio, é com meu coração bem triste (...) que lanço a mão a pena para que te encontre melhor, filho. (...) Esses teus amigos traidores. Tu não recordas, Miníbio, o quanto sofreste nessa escola por causa dos maiores ... foste embora e andaste na Europa, foste tão feliz (...) foste limpo na tua caderneta. Como é que viraste o pensamento e seguiste o caminho que teus amigos seguiram?<sup>10</sup>.

As escolas davam a oportunidade de conhecer outros países e ter uma carreira, muito embora fosse preciso ter cuidado com as “más influências”, segundo o olhar dessa mãe. Esse extrato permite pensar, junto com outros trabalhos, que nem sempre os pais e tutores eram atraídos para essas escolas em razão dos prêmios financeiros. Eles podiam também ser movidos pela busca de melhores condições num contexto em que havia raríssimas alternativas de aprendizagem profissional destinadas à infância carente, como também demonstrou Renato Pinto Vênancio (2006: 199). No entanto, podemos pensar que, para Miníbio e outros, essa diferença entre “bons” e “maus” podia não ter o mesmo significado que tinham para as autoridades e até para os pais de marujos, já que os dois grupos andavam juntos

10 AN, Supremo Tribunal Militar, Processo “João Cândido e outros”, Série Judiciária, Subsérie: Processo Crime; 1913, BW 2847, V. 1, f. 18.

na organização do movimento de 1910<sup>11</sup>.

O líder dos rebeldes de 1910, o marinheiro negro primeira-classe João Cândido, também passou por uma escola de aprendizes. Nascido em 1880 em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, e filho de escravos, foi levado pelas mãos do próprio almirante Alexandrino de Alencar, que conhecia sua família, a alistar-se na escola desse Estado aos 14 anos, em 1884 (Morel, 2009). Embora não saibamos ao certo as razões que levaram a esse alistamento, quase um ano depois João Cândido será incorporado como grumete no quartel de Villegagnon, no Rio de Janeiro. Embora o regulamento previsse o alistamento a partir dos 18 anos, este e muitos outros casos indicam que os meninos eram enviados antes para servir nos navios de guerra. Entre a escola de aprendizes do Rio Grande do Sul e os navios, ele aprendeu a ler, escrever, contar, bordar e a operar diversas técnicas de navegação. Mesmo tendo liderado a maior revolta de praças da Marinha da história brasileira, João Cândido nunca almejou deixar a instituição naval, como indicam seus testemunhos. Seu desejo era transformá-la (Morel, 2009; MIS, 1999). Se ele deixou poucas lembranças de sua vida como aprendiz, soube reconhecer o papel da Marinha na sua instrução: “Entrei na Marinha com 14 anos e entrei bisonho. (...) Toda a luz que me iluminou, que me ilumina, graças a Deus, que é pouca, foi adquirida, posso dizer, na Marinha” (MIS, 1999: 87).

Como esses exemplos, muitos dos participantes da revolta de 1910 passaram por essas escolas. Junto com a mudança de regime e os investimentos no material, as escolas e os esforços para alterar o sistema de recrutamento podem ter contribuído para a formação do crescimento do espírito de corpo dentre os marinheiros, que se viam provavelmente unidos na identidade de marinheiros nacionais. Se Alexandrino foi um dos maiores “mentores” de um dos projetos – dentre outros – de modernização institucional da Marinha – pessoal e material –, João Cândido, seu protegido, foi o principal líder de uma revolta de marujos que pedia melhores condições de tratamento e de trabalho, bem como de instrução “para os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda”. Eles se reconheciam e se reivindicavam como “nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos”, em seu manifesto de novembro de 1910 (Morel, 2009:97).

As escolas de aprendizes marinheiros foram a saída proposta para modernizar o recrutamento e elas eram pensadas como verdadeiras instituições de moralização das crianças e de recuperação da

<sup>11</sup> A análise dos históricos de alguns praças que participaram da revolta revela também que, na maior parte dos casos, eles oscilavam entre períodos de bom e mau comportamento, o que nos impossibilita mais uma vez dividi-los entre grupos de “bons” e “maus” (Almeida, 2009).

infância carente. Podiam ser vistas como alternativas para as classes populares, mas também como ineficientes e como antros de concentração de vagabundos e delinquentes. Quantos às encomendas de navios, faziam parte de um projeto elogiado e aplaudido por diversas categorias da sociedade, mas também que revelava as dificuldades de afirmação da jovem República brasileira no quadro internacional. Nesse sentido, sob a couraça dos *dreadnoughts* havia muitos problemas e tão logo os navios foram lançados ao mar, já eram representados pela caricatura como “elefantes brancos” (*O Malho*, 03/12/1910). A discussão aqui apresentada propõe entender a “modernização” da Marinha republicana como mais complexa e diferente do que pretenderam algumas correntes da historiografia até hoje e pensar como, muitas vezes, as classes populares também podem se inserir à sua maneira nos planos de “modernização”. Projetos para modernizar o material e o pessoal da Marinha existiram e eles estavam cheios de contradições.

#### **BIBLIOGRAFIA CITADA**

- ALENCAR, Carlos Ramos de. 1989. *Alexandrino, o grande marinheiro*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. 2009. “*Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains*”: *identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910*. Tese de doutorado em História, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. 2009. “Être noir, brésilien et marin. Identités et citoyenneté dans la période post-abolitionniste (1888-1914)”. In: ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de ; FLECHET, Anaïs (org.). *De la démocratie raciale au multiculturalisme : Brésil, Amériques, Europe*. Bruxelles, Peter Langue, p. 53-74.
- AQUINO, Dolores. 2000. *Escola de aprendizes-marinheiros do Ceará. Resgate histórico: criação e evolução*. Fortaleza, Gráfica e editora tipogresso.
- ARENDT, Hannah. 1983. *Condition de l’homme moderne*. Paris, Calmann-Lévy.
- ARIAS NETO, José Miguel. 2001. *Em busca da cidadania : praças da Armada nacional, 1867-1910*. Tese de doutorado, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BARTHES, Roland. 1995. “La Chambre claire”. In : BARTHES , Roland. *Œuvres complètes*. T. III, Paris, Seuil.

- BEATTIE, Peter. 2001. *The Tribute of Blood : Army, Race and Nation in Brazil, 1864-1945*. Durham, Duke University Press.
- BUENO, Clodoaldo. 2003. *Política externa da Primeira República : os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). 2004. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- DIAS, Arthur. 1910. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de guerra do Brazil no quadriennio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro, Oficinas Graphics da Liga Maritima Brasileira.
- DUMONT, Louis. 1983. *Essais sur l'individualisme : une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*, Paris, Seuil.
- Escola de Aprendizes do Ceará. 1922. *Manual do aprendiz marinho*. Typ. Gadelha.
- FREYRE, Gilberto. 2000 (5ª ed.) [1959]. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, Record.
- HEINSFELD, Adelar. 2006. “Estanislau Severo Zeballos : artífice da política armamentista argentina no início do século XX”. Comunicação apresentada na 26ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, julho.
- LE GOFF, Jacques. 1988. *Histoire et mémoire*, Paris, Gallimard.
- MACEDO SOARES, José Eduardo [Um oficial da Marinha]. 1911. *Política versus Marinha*, Paris.
- MAESTRI, Mário. 2000. *Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata*. São Paulo, Moderna.
- MARTINS FILHO, João Roberto. 2010. *A marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- MARTINS, Hélio Leôncio. 1988. *A revolta dos marinheiros, 1910*. São Paulo, Editora Nacional ; Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- MIS. 1999. *João Cândido, o almirante negro*, Rio de Janeiro, Gryphus, Museu da Imagem e do Som.
- MOREL, Edmar. 2009 (5ª ed.) [1958]. *A revolta da chibata* [Organização de Marco Morel]. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MORGAN, Zachary Ross. 2001. *Legacy of the Lash : Black and Corporal Punishment*

*in the Brazilian Navy, 1860-1910*. Tese em Filosofia, Departamento de História, Brown University.

- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. 2001. *A ressaca da marujada : recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. 2008. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*, Rio de Janeiro, Mauad/Faperj.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. 2006. “Os aprendizes da guerra”. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. Contexto, São Paulo, p. 192-209.
- VERGE-FRANCESCHI, Michel, 2002. *Dictionnaire d'histoire maritime*, Éditions Robert Laffont, Paris.





## O LUGAR DA HISTÓRIA NO ENSINO NAVAL

**Vice-Almirante Sir Herbert William Richmond<sup>1</sup>**

**Tradução, adaptação e notas complementares de Francisco Eduardo Alves de Almeida<sup>2</sup>**

A limitada ênfase dada ao estudo da História antes da Grande Guerra, indica que essa disciplina não tinha nenhuma importância em nossa Marinha, muito menos, por exemplo, que a Matemática, a Engenharia, a Física ou as técnicas de Artilharia e Torpedos. Inexistia mesmo a crença no valor da reflexão que o estudo da História podia oferecer. Esse valor foi tanto ignorado como negado por muitos oficiais reconhecidamente competentes. Quis-se ensinar alguma coisa e assim mesmo primariamente dos fatos acontecidos na História; mas nada relativo ao estudo desses fatos, usando-os como base para a dedução de princípios, para o despertar de conhecimentos sobre a guerra, para proporcionar algumas oportunidades de reflexão que nossas mal-treinadas mentes, embora ativas, não eram capazes de aproveitar. A partenogênese não ocupa o lugar do desenvolvimento do conhecimento sobre a guerra, tão mais quanto o desenvolvimento da vida.

A História, na verdade, tem sido, em algumas ocasiões, de grande importância na carreira dos oficiais. Nas academias de Osborne e Dartmouth maior atenção foi dada antes a essa disciplina e os princípios apresentados no seu ensino foram lógicos.

O ensino básico em Osborne era essencialmente biográfico, condizente com a antiguidade dos cadetes; esses jovens aprenderam sobre as vidas das grandes personalidades, sob o ponto de vista heróico, evocando-se os seus grandes feitos no passado. Mais tarde em Dartmouth os cadetes mais adiantados tiveram aulas superficiais sobre a Marinha nas guerras, principalmente aquelas do século XVIII, com o propósito de os iniciar na chamada “História Naval Geral”.

Educação básica e simplesmente isso era o ensino da História Naval, no entanto, ocasionalmente, em particular nos primeiros tempos dessas academias, houve uma tendência a ultrapassar esses limites e se perder, realmente, em perorações sobre estratégia e tática que conduziam a opiniões e conclusões no mínimo risíveis. Embora de baixa qualidade, vale notar que, por pior que

---

<sup>1</sup> Nota do Tradutor : O artigo acima transcrito faz parte do livro “National Policy and Naval Strength and other essays” escrito em 1928 pelo Vice-Almirante Sir Herbert Richmond, então Presidente do Imperial Defense College da Grã-Bretanha. Naquela oportunidade Richmond estava em aberto confronto com o Almirantado britânico a respeito da melhor maneira de se conduzir o ensino da História para oficiais na Royal Navy. Trata-se assim de uma discussão que mantém a sua atualidade.

<sup>2</sup> Historiador e membro do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval. Possui graduação em História e Mestrado em História Comparada, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É também titular da cadeira 8 (patrono-Barão de Teffé) e 2o Vice-Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

essas aulas fossem, elas foram a base para os estudos posteriores.

O término do período escolar era, entretanto, o fim de toda a instrução compulsória de História. Para cerca de 90% dos oficiais isso significou que o estudo da História Naval não passou do estágio primário. Não era, afinal, necessário para um rapaz de 17 anos abrir um livro novamente e agregar conhecimentos sobre a guerra, utilizando o único material disponível em tempo de paz, a História. Ele poderia também tornar-se um almirante sem ser capaz de definir os princípios básicos de estratégia naval ou saber como as marinhas lutaram no mar.

Nos primeiros estágios do novo sistema de ensino, arranjos foram feitos para que os recém-nomeados guardas-marinha recebessem permissão e encorajamento para estudarem “voluntariamente” disciplinas quando em estágios no mar, sendo a História Naval uma delas. Essa inovação de disciplinas “voluntárias” tinha o propósito de estimular esses jovens oficiais ao desenvolvimento intelectual, aproveitando suas aptidões naturais e mentais. Considerou-se, também, que eles teriam tempo para essas disciplinas, como foi considerado que receberiam uma base teórica suficiente, não afetando de forma alguma os seus adestramentos que deveriam ser, na maior parte, práticos. Foi desejado que os instrutores não proviessem de navios, chegando-se a discutir que nenhuma instrução ministrada por eles seria necessária e que a redução de custos de instrutores que se seguiria contrabalançaria esse “novo processo” de educação.

Esse desejo mostrou-se ilusório. Os guardas-marinha foram para o mar conhecendo um pouco mais Navegação que os guardas-marinha dos tempos do Britannia<sup>3</sup> e por fim os instrutores foram re-introduzidos no sistema de ensino; a Balística e a Navegação tiveram ainda que ser ensinadas, similarmente o conhecimento dos jovens oficiais em Eletricidade era ainda inadequado. Em consequência, os exames realizados no mar, práticos por sua natureza, se tornaram cada vez mais teóricos, resultando que o período de adestramento no mar foi gasto no treinamento de guardas-marinha para passarem nos testes escritos, ao invés de se tornarem marinheiros ou oficiais. Pouco tempo foi despendido no treinamento prático de vela ou como oficial de convés ou muitas funções que eram importantes alguns anos atrás, não se incentivando nenhum voluntariado para as disciplinas escolhidas. Como consequência, nas recomendações do Comitê Custance<sup>4</sup>, as disciplinas voluntárias foram suprimidas e em seus lugares foram estabelecidos prêmios para os melhores ensaios sobre

3 Navio escola da Marinha inglesa no final do século XIX e início do século XX.

4 Comitê sob a chefia do Almirante Sir Reginald Custance estabelecido em 1912 por ordem do Almirantado. Ele foi iniciado para se discutir as táticas utilizadas em Trafalgar. O que se queria debater no fundo era quem proporia a base histórica para o desenvolvimento da doutrina a ser utilizada pela Royal Navy.

História, competição aberta para tenentes com menos de cinco anos no posto.

Nessa competição os temas eram anunciados anos antes, podendo ser escolhidos entre um tema biográfico e um tema relacionado com a guerra, uma campanha ou uma série de operações. Essa iniciativa poderia ser boa, no entanto na prática ela só afetou aqueles poucos oficiais com propensão aos estudos históricos ou literários. Isso poderia estimular alguns à pesquisa e ao estudo e provar definitivamente o valor de se preparar historiadores navais, que infelizmente nos faltam agora, para o nosso próprio descrédito, como o maior Poder Naval na atualidade<sup>5</sup>. Entretanto, não será produzido, por muitos anos, nenhum efeito positivo sobre a mentalidade da Marinha, ou mesmo induzido em todo o nosso corpo de oficiais, maiores e mais amplos poderes de reflexão sobre as principais questões de sua profissão, quando os resultados desses “possíveis” historiadores navais do futuro puderem efetivamente aparecer. Isso a História pode e deve proporcionar.

O sistema educacional da Marinha, em seus estágios iniciais, é particularmente deficiente em dois importantes elementos. As Humanidades não constam dele e existe pequeno incentivo para o desenvolvimento do poder de pensar. Adquirimos conhecimentos sobre armas, navios e outros assuntos concretos, mas não somos treinados para raciocinar, nem recebemos aulas sobre a conduta da guerra.

Em estágios mais avançados aulas sobre História Naval são ministradas na Escola de Guerra Naval, excelentes aulas por sinal, dadas por historiadores navais qualificados. No entanto as campanhas não são objeto de análise crítica, aquela análise detalhada realizada pelos próprios alunos, que fornecem o valor real da História como um instrumento de treinamento para os círculos hierárquicos mais elevados da Royal Navy.

Existe toda a diferença entre adquirir conhecimento de fatos, possivelmente até alguns princípios em aulas expositivas e analisar um caso real de História no mar. O primeiro excita, talvez, até prende a atenção; o segundo treina o raciocínio. O grande Von Moltke disse certa vez que “o ensino do conhecimento militar tem, antes de todas as outras disciplinas, a qualidade de trazer ao aluno a capacidade de utilizar sua intelectualidade, e *isso não será possível sem aquela ação recíproca que não pode ser obtida simplesmente com o professor ensinando e o aluno escutando*”. Palavras verdadeiras essas de Moltke!

Nós não temos nos limitado quase inteiramente a ensinar e escutar uma seqüência de fatos,

<sup>5</sup> O Almirante Richmond escreveu este artigo em 1928. Na ocasião a Marinha Britânica era a mais poderosa do mundo.

ao invés de utilizarmos “aquela ação recíproca” de estudo e discussão em sala de aula? Nós, na medida em que falhamos em relação ao propósito que se quer, fracassamos em não descobrir o melhor uso de nosso material disponível, a História.

Isso não tem sido prerrogativa somente da Marinha, embora seja mais grave entre nós. “Esse uso da História, como preparação para altos comandos, não é sempre compreendido”, escreveu o coronel Maurice alguns anos atrás, “por oficiais, embora todos tenham lido História Militar e alguns até a tenham estudado. Nisso os soldados não são diferentes. Em quase todas as profissões existem mais elementos que adquirem o conhecimento dos fatos que aqueles que tiram deduções desses mesmos fatos. O mero conhecimento desses eventos é de pouco valor e provavelmente de menos valor ainda para o soldado que para os outros”<sup>6</sup>.

Não é apenas pelo objetivo de saber o que aconteceu em guerras passadas que a História serve. Tal conhecimento, por si só, tem valor e aqui eu discordo do coronel Maurice; ela fornece exemplos e sugestões de ações. Entretanto, se os fatos não forem objeto de análise, haverá sempre o risco que o “tomar conhecimento” possa se transformar em pedantismo, que ele seja guiado pela reminiscência da mística do *Selvagee of the Bab Ballad*<sup>7</sup>. Conhecer os velhos métodos é certamente útil, mas somente se o seu possuidor for capaz de utilizá-los corretamente.

O marechal Foch nos conta como a História pode ser útil. Disse ele “examinemos os fatos que a História nos apresenta. Para entender esse complexo fenômeno que é a guerra, sob numerosas formas que ela assume, tomemos os fatos, um seguindo o outro, e os examinemos detalhadamente; utilizemos como se fossem uma questão de micro-biologia, e nos coloquemos no meio das circunstâncias nas quais esses fatos surgiram, tempo, local, temperatura, fadiga, numerosas causas desconhecidas, etc... Vejamos as dificuldades que os comandantes envolvidos tiveram que enfrentar e como as suplantaram. Discutamos as decisões tomadas, os resultados obtidos; tratemos as questões novamente. Então observemos os fatores morais, muitas vezes mencionados, que surgem durante todo o estudo em suas diversas proporções. Então, somente aí, seremos capazes de tirar conclusões e atribuir seus verdadeiros significados no resultado final”<sup>8</sup>.

Assim, o uso da História Naval como um meio para o ensino nos altos estudos militares e

<sup>6</sup> Trata-se do artigo “O valor do estudo da História como um treinamento para o comando na guerra” do Tenente-Coronel F. Maurice no livro “*Naval and Military Essays*” publicado pela Universidade de Cambridge.

<sup>7</sup> Tratam-se de versos humorísticos publicados por Sir William Gilbert no periódico “*Fun*”, usando o pseudônimo Bab para assiná-los. Esses versos foram feitos para melhorar o seu salário e tornaram-se muito populares na Inglaterra do século XIX. Sir William Gilbert nasceu em Londres em 1836 e faleceu em 1911. Compôs também óperas cômicas.

<sup>8</sup> Citação retirada do livro “*Princípios de Guerra*” do Marechal de França Ferdinand Foch.

a preparação para os altos postos de comando e direção na guerra, nos remete ao estudo de todos os elementos conflituosos que constituem a situação militar, tentando nos colocar no lugar do comandante que toma as decisões, como se ele fôssemos. Uma mera lista de navios de cada beligerante não dá nenhuma idéia da situação estratégica, nem o número de navios necessários para conduzir-se uma operação pode ser governado pelo número de navios do inimigo, nem uma série de diagramas de batalhas que indica os movimentos realizados, fornece uma adequada concepção de uma batalha. Precisamos saber realmente por que os comandantes agiram de determinadas maneiras.

As críticas aos comandantes no mar deveriam ser mais moderadas, mais ponderadas e pesadas, se adquirirmos o hábito de procurar os motivos que os levaram as suas ações, compreendendo integralmente as instruções que eles receberam e as condições nas quais agiram e assim entender os fatores que levaram as suas decisões.

Pelo estudo da História, empregando a mesma metodologia empregada na micro-biologia, treinamos para ponderar esses fatores e enquanto fazemos isso treinamos nossos raciocínios para atuar em situações similares quando acontecerem conosco, instintivamente selecionando os fatores críticos e colocando nossos dedos sobre aqueles elementos do problema do qual tudo depende e dessa maneira guiando nossos passos verdadeiramente e diretamente para o cerne da questão.

O cultivo do hábito de procurar pelo ponto essencial é de fundamental valor e assim ele se tornará instintivo. Separaremos da grande confusão de dados o objeto perseguido e com os princípios em nossas mentes, saberemos como resolver a questão. Não iremos utilizar o processo mental dos “por quês” e “motivos” mais que o futebolista que prende a bola pensando o que fazer. Fizemos anteriormente a análise e estaremos certos de nosso próprio julgamento. Tal condição mental e perspicácia não é normalmente natural. É o resultado de treinamento, e treinamento dirigido para o estudo intensivo da guerra na História. Para tomarmos decisões racionais, devemos “desenvolver livremente, com praticidade e arte a mente e o desejo, com a ajuda da cultura militar prévia, resultado do estudo da guerra ou de nossa própria experiência”, dizia Moltke.

Por mais que a última guerra<sup>9</sup> nos tenha fornecido muitas experiências, ela não nos deu todas as experiências. Nossa própria não é o suficiente; devemos utilizar a experiência dos outros. Essa experiência, em especial, está preservada para o nosso próprio uso nas páginas da História desta última guerra e das do passado. Cada grande pensador militar de Frederico, o Grande até Foch, tem

---

<sup>9</sup> Richmond estava se referindo a Primeira Guerra Mundial.

reputado o estudo das guerras como o ponto principal, como uma “ginástica mental” para qualquer oficial. Podemos ainda negligenciar seus ensinamentos?

Pode ser objetado que esses homens eram todos militares, ou pelo menos a maioria deles, usando o termo “militar” no seu sentido lato; que os homens do mar, guiados pelo “senso prático comum”, se saíram bem e conduziram as guerras no mar com sucesso por três séculos sem uma literatura básica ou qualquer estudo precedente, onde pudessem aprender os fundamentos da guerra. Essa conclusão estaria incorreta tanto como uma constatação factual como uma dedução.

Mais de uma vez a Grã-Bretanha foi a “rainha dos mares” motivada mais por falhas de seus inimigos do que de estudos próprios sistemáticos, não aprendendo o suficiente dessas falhas e acertos<sup>10</sup>. Nossas guerras no passado nem sempre foram conduzidas com competência, vide, por exemplo, as Guerras da Sucessão da Áustria, da Independência Americana e do Báltico de 1854. Por outro lado, podemos observar séculos de guerras no mar conduzidas por comandantes cujos nomes são familiares e partes integrantes do passado. Esses chefes navais conduziram a história das guerras precedentes com suas próprias personalidades. Antes de Rodney<sup>11</sup> ser comandante em 1782 ele servira em posições de responsabilidade em duas guerras precedentes e outros seguiram o mesmo exemplo. Mesmo hoje nada é mais comum que se encontrar veteranos rememorando os tempos passados e suas próprias experiências, tirando deduções delas. Observamos Vernon<sup>12</sup> defendendo a constituição de suas forças no Esquadrão Ocidental em 1745, referindo-se à experiência anterior nas guerras da Rainha Anne.

Norris, por outro lado, opondo-se a uma proposta de utilizar a esquadra para forçar a entrada no estreito canal fortificado de Ferrol, fundamentou sua decisão baseado em operações combinadas precedentes em Cartagena, Cadiz, Baía Camaret, Vigo e Rio de Janeiro<sup>13</sup>. Cem anos depois B.J. Sullivan no Báltico (1854-1856) refuta os argumentos daqueles que desejavam forçar a entrada em Cronstadt, citando as experiências de Saumarez em Algeciras, Nelson em Tennerife e Calvi e outros comandantes em Toulon e Cadiz<sup>14</sup>. Hawke<sup>15</sup>, preparando seus ataques na costa francesa em 1758, examina as medidas tomadas para o desembarque em Cartagena na guerra precedente. Suffren<sup>16</sup> estuda

10 Extraído do livro de Alfred Thayer Mahan, “The Influence of Sea Power upon History”.

11 O almirante Lord George Rodney (1718-1792) destacou-se nas guerras contra a França e Espanha no século XVIII.

12 Richmond está se referindo ao almirante inglês Edward Vernon, que lutou na Guerra de Sucessão da Áustria.

13 O autor está se referindo ao Almirante Sir John Norris (1660-1749) e sua recusa em atacar o porto fortificado espanhol de Ferrol.

14 O autor refere-se ao forçamento do forte de Cronstadt na Guerra da Criméia (1853-1856).

15 Richmond está se referindo ao Almirante Lord Edward Hawke (1705-1781) e sua ação na Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

16 O autor refere-se ao Almirante Pierre Suffren de Saint-Tropez (1729-1788), muito admirado por ele.

profundamente as táticas de de Ruyter e as campanhas de seus predecessores, Labourdonnais e d'Aché. Por certo, qualquer um que leia as estórias de velhas guerras estará alertado que os comandantes navais da época, além de serem possuidores de uma grande tradição oral e de uma aplicação direta do conhecimento mencionado anteriormente, haviam refletido e conheciam as medidas e métodos utilizados por seus antecessores.

Possivelmente, enquanto tudo isso pode ser admitido, haveria a objeção que todos esses comandantes usaram o mesmo material ou material similar e que o que foi aplicável ao século XVII seria igualmente aplicável no meio do século XIX, e que (isso foi dito a esse autor por um político) nesses dias de guerra, com modernos encouraçados, cruzadores velozes, torpedos, armas de longo alcance e telégrafo sem fio, não haveria lições a serem apreendidas de campanhas, nas quais os instrumentos seriam navios de madeira com canhões erráticos com alcances máximos de 1400 jardas.

As dificuldades e perigos que Napier<sup>17</sup> percebeu em sua tentativa de forçar Cronstadt, baseado nas dificuldades de aproximação de seus navios, as dificuldades em silenciar canhões de terra e a resistência e proteção de fortificações terrestres, comparadas com navios, eram as mesmas que impediram Blake de destruir os fortes de Santa Cruz, Lestock de atacar o Castelo São Luiz (1741), de Harvey no Morro em 1762 e o que rechaçou Saumarez de Algeciras com a perda de um navio. Como se poderia perguntar, os resultados dessas ações seriam vistos e reconhecidos como atuais, aproveitando-se lições para nossa conduta com armas de longo alcance, espiagem moderna, liberdade de movimento e navios couraçados?

Seriam bem vistos e reconhecidos como atuais. Como o alcance das armas dos navios aumentou, também aumentou o do canhão terrestre. O poder relativo de cada um deles está inalterado, sejam eles 12 ou 42 libras ou mesmo 15 polegadas. O canhão terrestre, então, tinha a proteção do posicionamento como o tem hoje em dia; os alvos a serem destruídos ainda são os canhões em terra, pequenos alvos, e o navio no mar, um grande alvo. O forte é tão difícil de destruir por fogo direto como sempre foi; o tiro com grande angulação é tão necessário hoje como foi quando Knowles<sup>18</sup> utilizou morteiros coehorts<sup>19</sup> em suas popas para bombardear o Morro e Porto Luis ou quando Sulivan

---

17 Trata-se do almirante inglês Sir Charles Napier (1786-1860) que fracassou no forçamento do forte de Cronstadt na Guerra da Criméia. Foi substituído no comando pelo fracasso. Anteriormente ele havia dito uma célebre frase nos meios navais “A maioria dos homens com mais de 60 anos são muito velhos para possuírem vigor e iniciativa”. Suas palavras foram proféticas. Napier tinha 69 anos quando foi demitido.

18 Trata-se do Almirante Sir Charles Knowles (1704-1777) que prestou serviço na Marinha russa sob Catarina a Grande, sendo por isso chamado de “o segundo pai da Marinha russa”.

19 Morteiros coehorts- morteiros de bronze, criados em 1674 pelo Barão Von Coehorn (1641-1704), utilizados com elevação de 45 graus. Seu calibre era de 4.5 polegadas com um peso total de 86 libras.

indicou a necessidade de utilizar morteiros em ataques a fortalezas. Os navios de madeira de dois mastros armados com morteiros na proa foram sucedidos pelos navios bombardeiros pequenos e estes pelos monitores, todos eles representando a aplicação dos mesmos princípios. Apesar disso, alguns oficiais ainda acreditam que encouraçados necessitem possuir armamento pesado para o bombardeio de fortalezas!

Entender as razões por trás dos homens do passado, nos fará errar menos nas analogias, tais como aquelas relativas à destruição dos fortes de Liège e uma operação similar conduzida por navios contra fortalezas.

Se tomarmos como exemplos da permanência de princípios aqueles que indicavam a técnica de entrada forçada em um porto defendido ou estreito ou mesmo os aspectos defensivos de maior envergadura contra invasões, operações costeiras, ataques ao comércio, assim como as formas como o controle do mar é exercido, as funções dos navios de linha, cruzadores e flotilhas ou qualquer outro segmento da guerra naval e o estudo dos princípios observados ou reconhecidos por comandantes no mar, em todos os tempos, nos fornecerão guias hoje e amanhã.

Se o navio empregado para observação costeira for uma fragata de 36 canhões, um navio com 64 canhões, um submarino ou avião, o mesmo objeto estará a vista, logo os mesmos princípios gerais determinarão a sua conduta.

O problema da conduta de um oficial responsável por um comboio será o mesmo se a escolta for composta de navios com 50 canhões, navios mercantes armados ou destróiers. Ele ainda terá, como seu objeto principal, a derrota segura do comboio de seu ponto de saída até o seu destino, e quando ele precisar aceitar ou recusar combate, dispersar seu comboio, perseguir um atacante que dele se afastou ou tentar sua completa destruição, todas são questões que podem ser referidas a um princípio guia que pode, como em operações militares na costa, ser definido e expresso para abraçar qualquer aspecto empregado na operação.

Não é sem interesse observar que nos primeiros tempos dos comboios, os seus responsáveis não tinham orientações em como se conduzir, sendo esse fato seguido pela perda de dois destróiers atacando força superior, resultando em instruções que correspondiam em semelhança aos princípios adotados para a defesa de comboios no século XVIII. Realmente, em nenhuma fase da guerra no mar houve um maior retorno aos ensinamentos precedentes do que na defesa do comércio. A que custo



essas lições foram apreendidas ! Dizer dessa maneira que o estudo do passado não tem nada que possa nos auxiliar hoje é querer se tornar cego às evidências dos eventos.

As lições da história não estão confinadas à Estratégia. Elas se estendem igualmente à Tática. Os resultados do emprego da ofensiva, quando comparados com a defensiva, percebemos que a Tática é perfeitamente encontrada na longa série de batalhas a partir do século XVII; a necessidade de cooperação de todas as forças singulares pode ser também observada em diferentes resultados de ações, ao invés de métodos casuais e sem auxílio mútuo; a importância do entendimento das intenções do comandante, da iniciativa individual, da recusa em aceitar a derrota, podem ser encontradas nas páginas impressionantes das guerras passadas.

Exemplos abundantes desses e outros fatos podem ser citados para se condicionar, nas mentes dos jovens oficiais, os segredos do sucesso, de tal forma que eles se tornem parte da própria natureza, preparando-os para enfrentar situações difíceis, afastando os impulsos naturais de seguir o caminho mais seguro. Como um exemplo disso, podemos nos reportar à descrição de Lord French<sup>2018</sup> de suas posições em agosto de 1914. Disse ele: “É impossível para qualquer um que não estivesse em minha situação entender a tentação que a cidade de Mauberge oferecia para um exército que solicitava e precisava de descanso contra a grande adversidade pela qual passara. Debati comigo mesmo se eu deveria ceder a essa tentação, no entanto eu não hesitei muito por que existiam duas considerações que forçavam a minha decisão. Em primeiro lugar tive o instinto de sentir que isso era exatamente o que o inimigo queria que eu fizesse, e em segundo lugar tive o exemplo de Bazaine em Metz em 1870 em minha cabeça e as palavras de Sir Edward Hamley sobre a decisão do marechal francês. Disse Hamley que ‘a ansiedade de uma mente complacente’ que preferia adiar uma crise que enfrentá-la vigorosamente”. De Bazaine prosseguiu French : “agarrando-se a Metz ele agiu da mesma forma quando um navio está afundando, preferiu largar o ferro. Eu, assim, abandonei todas essas idéias e dei a ordem às três da manhã, determinando a retirada para algumas milhas na retaguarda da linha Cateau-Cambrai”.

Isso demonstra que em um momento crítico a História foi um grande apoio para a tomada de decisão. Não é possível que nós nos encontremos, quando a história da guerra for finalmente escrita, na mesma situação que os comandantes navais se encontraram em situações difíceis pelas quais eventos precedentes serviram de referência, auxiliando-nos na tomada de decisões?

---

20 O autor refere-se ao Marechal de Campo inglês Sir John Denton Pinkstone French, comandante da Força Expedicionária Britânica na Primeira Guerra Mundial.

Novamente, apesar do emprego de novos materiais inimagináveis até agora na guerra terrestre, encontramos o Marechal Foch aprovando a reedição de seu livro, escrito muitos anos atrás, no qual os soldados são incentivados a estudar História. Aviões, tanques e gases não conhecidos antes foram empregados; arame farpado, artilharia pesada e altos explosivos têm sido usados de forma não imaginada pela maioria dos soldados; telégrafo sem fio e telefones de campanha têm substituído os mensageiros a cavalo. Apesar de tudo isso, o Marechal procurou a solução do sempre presente problema de todas as guerras, “a ginástica intelectual baseada no estudo da História”. Se tudo isso é verdadeiro para as operações terrestres, não seria, também, verdadeiro para as operações marítimas?

Aperfeiçoamentos no material naval desde as guerras napoleônicas têm sido fantásticos; no entanto podemos dizer que esses aperfeiçoamentos foram maiores que os aperfeiçoamentos terrestres? Os alcances dos canhões navais são maiores, da mesma forma são os alcances dos canhões terrestres e dos fuzis. O telégrafo sem fio tem afetado tanto as operações terrestres como as navais.

Uma batalha naval hoje envolvendo esquadras cobre mais espaço operacional e congrega mais navios que “O Primeiro de Junho”<sup>21</sup> ou Trafalgar, embora congregue menos navios que as batalhas do século XVII; da mesma forma uma batalha terrestre cresceu de intensidade proporcionalmente. Navios se deslocam com maiores velocidades, assim como os exércitos utilizam trens ou transportes sobre rodas. Tanto em terra como no mar as minas podem atuar, destruindo navios ou frações de tropas. Enquanto as linhas de comunicações marítimas tornam-se precárias pela atuação dos submarinos, as vias terrestres podem ser neutralizadas pela artilharia de longo alcance (como em Verdun e Ypres) ou por aviões.

As dificuldades com as quais a Marinha tem que se contentar, em relação às mudanças do material, não são maiores que aquelas do Exército, e assim não podemos nos desculpar pelas perdas severas de nossa Marinha Mercante, comparadas com as perdas de outras guerras (ao final muitas vezes terminaríamos as guerras com a Marinha Mercante mais poderosa do que no início dos conflitos), admitindo que as novas tecnologias causaram tais mudanças ou foram pouco testadas e que os riscos não deviam ser corridos.

Um antídoto para cada doença será encontrado mais cedo ou mais tarde e o tempo requerido para descobri-lo dependerá principalmente da maneira na qual a investigação será procedida. Métodos empíricos estão ultrapassados em medicina; a causa da doença é pesquisada por uma avaliação

21 O autor está se referindo à batalha do “Glorioso Primeiro de Junho” quando o Almirante inglês Lord Howe derrotou a esquadra francesa em 1794.

do paciente, na análise e na aplicação de uma cuidadosa acumulação de evidências. O hábito de pensar e a capacidade de raciocinar e supor não poderão nunca ser desenvolvidos por uma educação que objetive somente o conhecimento dos fatos, muitas vezes empregando regras mnemônicas ou *memoria technica*.

A educação naval hoje, com o seu sistema de provas e promoções por resultados de exames, fornece uma inadequada e muitas vezes imprópria preparação para os altos postos na Marinha; não menos inadequado, é verdade, que qualquer treinamento técnico deva ser, como Collingwood<sup>22</sup> tantas vezes mencionou em suas cartas, “se ele (um rapaz do qual escrevia) for mandado imediatamente para o mar, poderá transformar-se num bom marinheiro, mas não estará qualificado para preencher os altos cargos de sua profissão naval ou mesmo abrir caminho para lá chegar”. E em outra carta escreveu ele: “Leia, permita-me compeli-lo a ler. Estude textos que tratem de sua profissão e de História. Estude o Dicionário Faulkner e peça emprestado, se você puder, livros que tratem das Índias Ocidentais... sabedoria não virá por instinto, mas será encontrada diligentemente pelo esforço individual”.

A ausência de matérias de Humanidades é séria e mesmo a matéria ministrada só abarca a questão elementar de memorização de eventos e datas, cobrindo tópicos parciais, tornando-se pedagogicamente inadequada. Somos conduzidos a repetir que nossos oficiais precisam ter “formação científica” e a palavra “ciência” está confinada aos limites das ciências naturais ou matemáticas. O fato de existir uma “ciência” da guerra é ignorado.

A educação como foi descrita não pode realizar isso. Um tratamento de mais alto nível da guerra é também necessário. De alguma forma, o início foi realizado ao se encaminhar os jovens oficiais para a Universidade de Cambridge, onde puderam adquirir conhecimentos de um professor de História Naval, cadeira instituída por fundos privados.

Uma oportunidade para adquirir novos conhecimentos foi assim oferecida, no entanto o curso não era compulsório. Ótica, Matemática, e certas disciplinas “científicas” eram compulsórias; História Naval, a base do conhecimento da guerra no mar não. Com tudo isso é impossível evitar a comparação com o curso da Academie de Marine da França de 1752, onde a Matemática e disciplinas “científicas” eram as irmãs mais velhas e a guerra uma pobre Cinderela. Dizia Castex que “Lá se aprendiam Hidrografia, Navegação, Construção de Instrumentos, Arquitetura Naval, Medicina e até

---

<sup>22</sup> Richmond está se referindo ao Almirante Barão Collingwood de Caldborne e Hethpoole (1748-1810), segundo de Nelson em “Trafalgar” e grande herói naval britânico. Participou das batalhas do “Glorioso Primeiro de Junho”, de “São Vicente” e “Trafalgar”.

Botânica. Com respeito aos assuntos militares, eles eram introduzidos somente na forma anedótica e pitoresca e não se estendiam além da recapitulação de fatos”. Sabemos quais foram os resultados. Eles frutificaram nas ações desarticuladas no Canal da Mancha, nas campanhas das Índias Ocidentais, nas operações desconexas das esquadras francesa e espanhola, na relutância de d’Estaing<sup>23</sup>, de de Grasse<sup>24</sup> e Guichen<sup>25</sup> em arriscar seus navios e na falta de apoio de Suffren por parte de seus comandantes de navios.

Torna-se, então, necessário, neste estágio no ensino dos oficiais, transformar a disciplina História em compulsória. Um curso tratando da guerra deveria ser instituído. Um relacionamento estreito entre os cursos de História e Estratégia deveria, também, existir. Porém antes disso se realizar precisamos ter claramente em nossas mentes o que deveria ser o objeto do curso de História.

Não é somente ensinar aos oficiais o que aconteceu no mar durante as guerras que são debatidas; deve ser inculcado nas mentes desses oficiais o perfeito entendimento do papel da Marinha como instrumento da política. O palestrante deve levantar essa questão, pois aí se coloca a esfera correta do pensamento. Ele não é, por ser um historiador, um estrategista ou tático, mas é sim um expert na explicação das causas e resultados em larga escala nos quais, tanto as políticas domésticas como internacionais e o emprego do poder naval e militar ocupam em todas as fases do conflito. Se ele se limitar puramente aos aspectos navais, ou aos navais e militares e as conseqüentes operações, sua palestra perderá uma grande parte de seu valor. Ele poderá realmente ser tentado a discutir Estratégia. Pode mesmo ser tentado a criticar a doutrina ou as questões táticas, e ao fazê-lo, ao divagar fora de seu campo de conhecimento, estará impossibilitado de analisar aquilo no qual ele é especialista. Precisamos maiores conhecimentos de aspectos mais amplos da guerra.

Todos os jovens deveriam ser induzidos a abrirem suas mentes aos diversos lados de se observar uma questão. Era comum ouvir-se no início da Grande Guerra muitos oficiais dizerem que se o “bloqueio” do inimigo tivesse sido conduzido somente pela Marinha e não sofresse a interferência dos políticos, destruiríamos o inimigo mais rapidamente. Essa visão deixava de lado o quão importante era o fator político, e quão importante em questões dessa natureza devia ser o aspecto diplomático e

23 Charles d’Estaing (1729-1794) foi almirante da marinha francesa no reinado de Luís XVI. Lutou nas guerras do século XVII, principalmente nas Guerras da Independência Americana e Sete Anos. Morreu guilhotinado no período do Terror na Revolução Francesa.

24 François Grasse-Tilly (1722-1788) também foi almirante na Armada Francesa. Lutou na Guerra da Independência Americana e derrotou o almirante inglês Lord Graves na Baía de Chesapeake, selando o destino do exército de Cornwallis em Yorktown.

25 Luc Guichen (1712-1790) serviu tanto a Luís XV como XVI e foi considerado o melhor tático naval francês de seu tempo, embora excessivamente cauteloso e defensivo.

legal.

Não foram os homens do mar de então que prepararam as Ordens do Conselho nas quais este país contestou os Decretos de Napoleão, nem foram eles que redigiram a Regra de 1756, ou formularam e interpretaram a Lei de Apresamento, nem foi somente pelos homens do mar que o sistema de isolar a Alemanha na recente guerra foi idealizado, de tal modo a não trazer os poderosos países neutros contra a Inglaterra.

Temos certamente uma lição importante para aprender com a Alemanha como resultado de considerações puramente militares e navais suplantando as questões políticas, tais como a da paz em Brest Litovsk<sup>26</sup> e a campanha submarina; e como contraparte a esta lição a questão das neutralidades armadas.

Enquanto o professor de História estivesse expondo o amplo e geral espectro do papel do mar nas guerras, o oficial de estado-maior, responsável pelo curso de guerra, deveria explicar os princípios de Estratégia e Tática, usando a História para ilustrar a aplicação desses princípios. Ele necessitaria dividir a guerra naval em diversos aspectos, mostrando o que a Marinha tem que fazer e os métodos pelos quais ela seria utilizada.

Assim, existem duas grandes divisões de assuntos, a ofensiva e a defensiva e alguns fatos que se aplicam igualmente a cada categoria.

Entre a ofensiva, o transporte de exércitos e as diferentes medidas usadas para garantir a sua segurança quando embarcados, como por exemplo, a ocupação das linhas de rota, cobertura afastada, escolta, áreas ocupadas e as circunstâncias nas quais cada uma é utilizada. O ataque sobre o comércio, primeiro mostrando o lugar onde está ou esteve inserido na estratégia nacional, seus efeitos, as diferentes medidas utilizadas, o bloqueio, esquadrões e navios de patrulha, leis contra o contrabando, fortalecimento de esquadrões ligeiros com navios mais pesados, abordagem e verificação de navios; ataques contra possessões inimigas e seu lugar na estratégia naval; ataques contra portos defendidos e passagens; ataques diversionários e seus lugares na ofensiva e defensiva; ataques costeiros e desembarques e as maneiras como são conduzidos; os tipos de navios e outros recursos que provaram-se úteis; o papel das bases na ofensiva contra o comércio inimigo e o efeito de uma ofensiva e ameaça estratégica ao induzir uma atitude defensiva por parte do inimigo. Todos esses princípios podem ser copiosamente ilustrados e dissecados pelo uso da História.

---

26 Tratado de paz entre a Alemanha do Kaiser e a União Soviética que encerrou a luta entre as duas durante a Primeira Guerra Mundial, abrindo o caminho para o firme estabelecimento do comunismo na última.

Na questão da defensiva existe a defesa contra invasão, com seus grandes princípios, as funções dos navios nela empregados, a associação entre as duas Forças Armadas e suas responsabilidades; a defesa do comércio em todas as suas manifestações, comboio, derrotas, captura de bases inimigas, indicação de rotas, aterragens, esclarecimentos, despistamentos, sinais de reconhecimento, segurança; em todos os velhos métodos e suas aplicações modernas além de sua análise; defesa de possessões e bases e a função das bases na defesa do comércio; as teorias de defesa costeira com fortificações, canhões, navios de defesa costeira e defesas móveis, com as vantagens e desvantagens de cada uma e os princípios que explicam por que as medidas são vantajosas e desvantajosas; e a grande lição de quão freqüentemente as medidas defensivas tomadas pelo inimigo são interpretadas como medidas ofensivas.

Agregadas a essas duas divisões estão as grandes questões de liderança, comando, centralização e descentralização, iniciativa, coragem moral e pessoal, e os erros de avaliação. A ofensiva, concentrações de esforços, tanto em estratégia como na tática, surpresa, as fases da ação, ataque, desmoralização e perseguição, os princípios de obediência militar, a natureza das ordens e das instruções, a necessidade de manter os subordinados informados, o bom reconhecimento, a grande importância da marinharia em sua mais ampla aplicação, o valor do conhecimento não apenas profissional, no qual as mentes dos jovens deveriam estar preparadas, de forma a aproveitarem as suas leituras e se desenvolverem amplamente como oficiais.

Tudo isso constitui uma parte integral da educação de um oficial de marinha. Certamente esses assuntos estão mais inseridos no campo da “educação naval” do que Matemática e Mecânica que podem ser classificadas no campo da “instrução naval”.

Não somente possui a História as fontes de informação sobre esses assuntos, mas também pelo exemplo, fornecido pelo relato dos eventos que poderão ilustrar e influenciar os oficiais da importância e dos efeitos dessas qualidades morais e lições apreendidas.

A repetição de meros chavões não irá influenciar os homens mais que a filosofia proverbial de Martin Tupper<sup>27</sup>. No entanto, homens poderão aproveitar a chance de aprender a importância da decisão rápida e do espírito corajoso da ofensiva, se eles tiverem exemplos de vitórias e constatarem que ações destemidas são recompensadas com retumbantes sucessos mais freqüentemente que derrotas

<sup>27</sup> Martin Tupper nasceu na Inglaterra em 1810 e morreu em 1880. Graduado em Oxford, foi o autor de diversos versos e prosas, donde se destaca o livro “Proverbial Philosophy”, de profundo senso religioso e moral de grande popularidade no século XIX.

desastrosas, como, por exemplo, em Marengo quando a derrota iminente transformou-se em vitória.

A verdade é que a vitória ou derrota será moral e que vencerá aquele que acreditar que vencerá e será derrotado aquele que acreditar que será derrotado, conforme diversos exemplos, nos quais os mais significativos foram os das batalhas de Hughes<sup>28</sup> contra seu grande adversário Suffren, ou da primeira Batalha de Ypres na última guerra.

É importante enfatizar essas supremas verdades por estarmos atualmente numa era mecânica com grandes batalhões e grandes armas, falsamente associados aos únicos meios de se alcançar a vitória e somente recentemente um “especialista naval” questionou a afirmação de que o principal objetivo da batalha é fazer o inimigo acreditar que está batido.

A Marinha alemã, pela recusa do kaiser, de Von Pohl<sup>29</sup>, Von Muller<sup>30</sup> e outros de se fazerem ao mar, tacitamente aceitaram a derrota. Eles acreditaram que estavam derrotados e realmente estavam. Tirpitz escreveu em 14 de janeiro de 1915: “Hoje Hoffman me disse algumas coisas sobre a esquadra que não me tranqüilizaram. A menos que algum remédio radical seja logo encontrado, nada será feito e esperamos bater a Inglaterra hoje”<sup>31</sup>.

A formação do caráter militar é mais importante para um combatente que qualquer atributo mecânico. Bons mecânicos, hábeis inventores, matemáticos altamente treinados podem ser contratados por custos baixos nos mercados mundiais. As muitas universidades e cursos especializados formam centenas deles, porém homens que combinam as qualidades de marinheiro, estadista, estrategista, tático, líder e bom caráter são raros. Muitas dessas qualidades são inatas, mas mesmo as inatas precisam ser cultivadas e desenvolvidas. É perfeitamente correto dizer que o grande comandante, como o poeta, “nascitur non fit”<sup>32</sup>, no entanto o comentário de Mahan sobre o nosso maior comandante naval é igualmente importante lembrar: “gênio é uma coisa, um bom oficial adestrado é outra coisa, ainda assim não há entre os dois nenhuma incompatibilidade, ao contrário; e quando o primeiro atributo adquirido da natureza, como no caso de Nelson, está associado ao consciente reconhecimento dos princípios, o hábito de observar todas as circunstâncias de modo claro, balanceado, atribuindo sua relativa importância, então, somente então, o galardão da grandeza militar será obtida”. Um homem,

---

28 Richmond está mencionando o almirante Edward Hughes (1720-1794) mais conhecido por suas cinco batalhas seguidas contra Suffren em 1782 e 1783 em águas da Índia.

29 Almirante Hugo Von Pohl (1855-1916) era o Chefe do Estado-Maior Naval alemão no início da Primeira Guerra Mundial.

30 Capitão-de-mar-e-guerra (Kapitän zur See) Karl Von Muller (1873-1923) era o comandante do cruzador “Emden”, o notável navio corsário, no início da Primeira Guerra Mundial.

31 Tirpitz utiliza a ironia nessa frase para demonstrar seu estado de espírito.

32 “nascitur non fit” – nasce, não se faz.

mesmo o gênio das campanhas de 1796, aponta Mahan, será “impedido pela falta de um ordenamento sistemático e treinamento de idéias que faz parte da própria educação”<sup>33</sup>.

Em nenhum local da Marinha até os dias de hoje, fizemos qualquer tentativa válida de treinar as mentes de nossos jovens oficiais, quando ainda era possível impressioná-los com os grandes princípios da guerra, nem tem visto esse autor qualquer tentativa de se educá-los nas grandes questões morais anteriormente referidas. Podem sua importância ser negadas? E se elas são importantes, se as batalhas são ganhas ou perdidas, províncias conquistadas, impérios aumentados ou reduzidos, pelas qualidades morais e militares dos comandantes, não deve ser dada tanta atenção no desenvolvimento dessas qualidades como no cálculo diferencial ou no desenho de uma válvula? E deve ser feito sem citar exemplos?

Um escritor francês disse que a personalidade de um comandante militar será o produto de dois elementos, caráter e conhecimento e aspectos morais e intelectuais. De um lado teremos o homem como ele é, com suas qualidades naturais e defeitos advindos de sua personalidade, hereditariedade, influências atávicas, enfim o indivíduo como ele é. Por outro lado, teremos toda a sua experiência de vida, estudo e educação que poderão trazer modificações nas suas idéias iniciais, pela incessante influência do estudo diário<sup>34</sup>.

Experiência, estudo e educação são aqui dadas como as três influências modelares e todas as três são necessárias, se os maiores resultados forem perseguidos. Experiência, a melhor das três, só pode ser obtida pela experiência prática, porém experiência de guerra não pode ser normalmente conseguida. “O mais que um exército for deficiente em experiência de guerra, o mais caberá a ele o estudo da guerra como forma de se instruir e como uma base para formar instintos de combate...; embora a história da guerra não possa substituir a experiência adquirida, ela poderá preparar para o combate. Em tempos de paz ela se torna o meio verdadeiro de aprender sobre a guerra e de determinar os princípios básicos da arte da guerra”<sup>35</sup>.

O estudo e a educação permanecem. O estudo será, na maior parte dos casos, infrutífero, se não for precedido pela educação que poderá apontar os caminhos, guiar os passos e sugerir os meios. O tempo para o estudo estará nos primeiros estágios da vida adulta, quando a mente humana já se desenvolveu. Porém será ainda inquisitiva, receptiva, descrente e talvez iconoclasta e o tempo chegará

33 Trecho do livro “A Vida de Nelson” escrito por Alfred Thayer Mahan.

34 Trata-se de trecho do livro de Raul Caxtex, “As Idéias militares da Marinha no século XVIII”.

35 Frase do Marechal Ferdinand Foch nos seus “Princípios de Guerra”.



## O Lugar da História no Ensino Naval

---

precisamente quando os jovens oficiais tiverem a mesma idade de seus colegas na universidade e deixarem de lado, dali para frente, as utilidades técnicas e materiais, mesclando-se com pessoas de outras formações e amplas visões que alcançaram um estágio no qual eles serão mais capazes de absorver e desenvolver idéias, do que qualquer tempo anterior ou mesmo a posteriori, sendo a História o meio para isso.



## IMAGINÁRIO E PODER NO USO POLÍTICO DA FOTOGRAFIA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE MÉTODO

**Fernando da Silva Rodrigues<sup>1</sup>**

Esta pesquisa sobre o uso político da fotografia pelo Exército brasileiro teve por objetivo articular o uso cultural das imagens fotográficas a política de um Estado que utilizou desse corpus documental para consolidar seus interesses públicos. A pesquisa teve como base, a realização de uma discussão bibliográfica da História da Fotografia relacionada aos avanços tecnológicos, que têm na imagem uma forma de ideologia do poder, como um poderoso instrumento para transmitir suas idéias e para manipular opiniões. Num segundo momento, este estudo procurou desenvolver uma metodologia específica para análise da imagem fotográfica produzida pelo Exército como instrumento de pesquisa dentro da História.

Realizando uma discussão bibliográfica sobre a História da fotografia, verificamos que foi a partir da invenção do daguerreótipo, em 1839, que houve a retirada da fotografia do campo da experiência para torná-la uma atividade profissional.

A produção do daguerreótipo seguia o estilo de uma jóia pessoal que só permitia a confecção de um original. Por isso, durante o período de 1840 a 1850, houve pouca circulação, causado pelo alto preço e pela dificuldade técnica de produção.

O avanço tecnológico da produção fotográfica, no período de 1860 e 1870, deu-se com o uso do colódio úmido e a cópia sobre papel albuminado, que permitiu sua expansão produtiva, pois, a partir desse momento se tornava possível a realização de várias ampliações a partir de um mesmo original, diminuindo o custo do produto final.

O retrato pessoal começava a substituir neste momento a pintura, privilégio de uma elite econômica que podia pagar um artista para reproduzir sua imagem. Com isso, teremos a difusão deste tipo de serviço para um público mais amplo, sendo que a partir de 1854, houve a popularização com a invenção dos *Carte-de-Visite*, pequenos retratos no tamanho de um cartão de visita que serviam para presentear amigos e parentes, um costume que marcou época e possibilitou a conservação de

---

<sup>1</sup> Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da USS, Pesquisador do Arquivo Histórico do Exército e Professor da Graduação de História do UNIABEU Centro Universitário.

uma farta documentação que privilegia uma linha de pesquisa específica, a da História da Família. O *carte-de-visite* tornou-se uma das modas mais populares no fim do século XIX, conforme nos diz *Borris Kossoy*, em sua obra de 1980:

O consumo amplo da fotografia trouxe ainda a padronização do produto e do seu conteúdo, e mais, trouxe a democratização da imagem do homem através da fotografia (KOSSOY, 1980)

Nesta condição a fotografia igualava o pobre e o rico através do retrato.

O álbum de fotografia teve sua origem com a necessidade de acondicionar os cartões que eram trocados entre as pessoas. Os temas principais na confecção destes álbuns eram a família, as personalidades, a guerra e os lugares exóticos, conforme fosse o interesse público ou privado.

A popularização da fotografia, através do *carte-de-visite*, impulsionou a difusão de estudos fotográficos principalmente por grande parte das capitais europeias e pelos Estados Unidos da América, o que levou a saturação destes mercados consumidores, favorecendo o deslocamento de muitos profissionais da produção fotográfica para regiões menos exploradas, como foi o caso da região do Prata envolvida na Guerra da Tríplice Aliança no período de 1864 a 1870. Havia a necessidade de perpetuar suas lideranças políticas e militares que se dirigiam aos campos de batalha. Fazia parte do cotidiano retratar as autoridades e os desconhecidos queriam se projetar no cenário nacional.

Durante a pesquisa podemos perceber que a ideologia do poder tem na imagem um poderoso instrumento para veicular suas idéias e para manipular opiniões. Esta questão está diretamente relacionada aos avanços tecnológicos por que passaram os meios de comunicação de massa, para os quais, as imagens com suas legendas representariam uma realidade.

O aperfeiçoamento das técnicas de reprodução fotográfica favoreceu a ampliação do consumo dessas imagens, principalmente de regiões distantes e desconhecidas, ditas exóticas, e que tinham grande aceitação na Europa, o centro da moderna civilização mundial. Diversos viajantes vasculhavam o mundo em expedições científicas e artísticas para documentar (através de imagens e relatos) a natureza, o homem e a sociedade do outro, do diferente, do selvagem, do bárbaro, daquele que não era civilizado de acordo com os padrões europeus. Junto aos relatos, as imagens produzidas reforçavam a ideologia de dominação sobre os povos inferiores. A sociedade do Homem branco europeu era confirmada como o modelo ideal de civilização, cujo representante tinha a missão de levar o processo civilizador aos povos esquecidos por Deus, nas regiões tropicais. Assiste-se novamente ao olhar do outro, aquele que olha e não vê as semelhanças, mas sim as diferenças entre ele e “o outro”.

O advento da República no Brasil trouxe consigo, além da mudança do regime, diversas mudanças culturais que seriam necessárias para consolidar o novo modelo de organização da política. O Brasil tentava passar por um importante processo modernizador, e sofria combate ferrenho da força da tradição. A fotografia, além de outras questões culturais representava politicamente a modernidade, um pouco mais próxima do popular. Já a pintura, representava uma arte para as elites, para uma sociedade conservadora cujo modelo econômico era o agrário-exportador. O novo regime usaria a fotografia como instrumento de exaltação da ordem e do progresso, contra o atraso e desordem que poderiam impedir a consolidação da República.

Nesta pesquisa podemos perceber que, no caso brasileiro, as atividades fotográficas militares foram uma empreitada pública, subvencionada pelo Estado, assim como foi o caso do Paraguai no período da Guerra contra a Tríplice Aliança, quando Solano Lopes manipulou quase todas as produções artísticas e os meios de comunicações de massa.

Será neste quadro evolutivo da produção fotográfica, passando pela questão de sua importância comercial e centrada pelo contexto da Guerra contra o Paraguai, que se desenvolverá no Brasil o gênero da fotografia militar com seu estilo próprio, pois neste tipo de fotografia o Estado estará ligado diretamente ao fotógrafo, o que determinará, a princípio, o que deve ser construído (conteúdo da fotografia) e o que deve ser mostrado ao público interno e externo.

O fotógrafo seria, neste caso, um instrumento através do qual o poder atingiria um determinado objetivo a ser alcançado no momento em que se dá produção. Não é por menos que se verifica uma enorme produção fotográfica oficial, principalmente desenvolvida pelo Exército, força com forte presença na vida política do país desde o século XIX (Canudos, Revolta da Armada, Guerra do Contestado, Inspeção de Fronteiras etc.).

E não obstante ao que poderia ser produzido de forma independente da ideologia do poder, ainda se podia contar com uma censura prévia, ou seja, o que pode e o que não pode ser mostrado, qual produção poderia ser deturpada pelo imaginário popular, o que poderia causar complicações maiores para o Estado ao ser revelado em liberdade, e por que não, o que poderia ser manipulado a favor do mesmo Estado que o produzia, como foi o caso de imagens famosas como a foto da capa da Revista da Semana, de oito de novembro de 1930, no Brasil, que retrata a Revolução de 30, onde aparece Vargas junto ao Comando Revolucionário (Góes Monteiro e Miguel Costa) no trem que os levava ao Rio de Janeiro. No original, havia ainda a presença de Francisco Morato, Presidente do Partido

Democrático (PD) uma dissidência paulista, mas que apoiara o movimento revolucionário de 1930, no entanto, sua imagem foi cortada da fotografia na tentativa de se apagar da história a participação do PD no movimento. Outro caso, de imagens manipuladas foi a de Stálin em 1926, junto com alguns companheiros do Politiburo que ao passar do tempo, vão sumindo da foto conforme sua expurgação, até sobrar no final, Stálin absoluto.

Agora podemos estabelecer o sentido da produção fotográfica, que no nosso caso, pode passar tanto pelo campo do social, do cultural como do político, através da prática de representação do poder.

No caso desta pesquisa, foi dada prioridade à análise da produção fotográfica militar que mereceu destaque no contexto nacional por ter sido desenvolvida dentro de uma Instituição que representa o poder do Estado, o Exército brasileiro. Nosso objetivo foi articular a produção cultural a uma política de Estado.

Nosso estudo tomou como base os trabalhos desenvolvidos por André Toral, no livro *Imagens em Desordens: A Iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*, onde são analisadas as diversas imagens que foram produzidas durante a guerra. Analisamos, especificamente, o capítulo referente ao estudo da fotografia militar como instrumento de pesquisa desenvolvida a partir do contexto histórico da Guerra do Paraguai para que pudéssemos partir para a análise do material produzido pelas expedições chefiadas pelo General Rondon, no contexto histórico da Primeira República no Brasil.

Individual ou coletiva, a produção fotográfica pode ter vários agentes históricos que se desenvolvem em diversos ambientes que são retratados e que podem servir como transmissor de uma mensagem codificada.

Esta produção fotográfica não deve ser tratada como um processo natural, mas sim como esforços concentrados para mostrar um momento específico.

Pretendemos levar o leitor a olhar as fotografias, como as produzidas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras de 1927 a 1930 como um fato histórico, o que nos ajudará a construir uma rede de articulação entre o político e o cultural, o qual se tentava integrar o interior e o litoral através do reconhecimento das fronteiras e da inserção dos grupos indígenas feitos através de um processo civilizador desempenhado pelo Estado, que é representado pelo General Rondon.

A utilização da imagem para reconstrução da História tem sido utilizada de forma promissora

pela historiografia recente que tenta derrubar os obstáculos que dificultam os trabalhos de uma metodologia que faz a análise iconográfica, talvez imposta mais pelo desconhecimento.

Assim, observamos que alguns historiadores começaram a destacar o valor do material iconográfico. Em Jacques Le Goff temos a importância da utilização de outros documentos que não fossem os escritos, como o documento iconográfico, na medida em que são exigidos em estudos específicos (LE GOFF, 1984).

Logo, a idéia de se trabalhar com fotografias produzidas no âmbito das atividades militares deveu-se ao fato de existir um excelente material produzido e pelo grande interesse que a fotografia vinha despertando no Exército brasileiro. Estudos sobre o uso da fotografia já eram realizados desde o último quartel do século XIX.

Desde a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai farto material vinha sendo produzido, tornando esse gênero da fotografia (militar) excelente documentação a ser analisada.

O crescimento da produção fotográfica militar, que teve como seu grande impulsionador a Guerra no Paraguai, deveu-se ao avanço tecnológico que facilitou a popularização da ação de fotografar.

Para o historiador que trabalha com imagens, esse contexto histórico do uso da fotografia é importantíssimo, assim como acreditava *Pierre Francastel*, existe um pensamento plástico, que através da imagem invade o cérebro diretamente sem precisar do uso verbal o que a tornaria um veículo especial das representações do poder ou da ideologia dominante (TORAL, 2001).

Já na sua origem, na campanha da Guerra do Paraguai, o gênero fotográfico militar fez com que esse tipo de imagem se tornasse uma preciosa fonte de informação histórica, com grande interesse para a comunidade científica nos dias atuais, apesar de ter sido produzida a partir de uma Instituição que representava os interesses do Estado.

## **O USO DA IMAGEM: QUESTÕES METODOLÓGICAS**

O objetivo desta parte da pesquisa foi realizar uma análise do material fotográfico, observando a questão do imaginário<sup>2</sup> e da representação do poder instituído por figuras como o General Cândido Mariano da Silva Rondon representante do Estado nas expedições militares ao sertão Centro-Oeste

<sup>2</sup> Sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas (D'ASSUNÇÃO, 2002).

e Norte brasileiro. A análise iconográfica foi feita de forma a privilegiar o acervo fotográfico da Comissão de Inspeção de Fronteiras, chefiada pelo General Rondon, também de forma que possamos entender o uso da fotografia aplicada aos trabalhos militares. Nesse contexto, a fotografia torna-se uma fonte documental digna de fazer parte da história e passível de leitura por parte do historiador. Pretendemos ainda, enfrentar um grande desafio: como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar do fotógrafo, ou seja, desvendar o significado dos signos que poderiam representar o poder do Estado.

Neste momento, pretendemos ainda, expor uma metodologia para análise das imagens fotográficas, principalmente as desenvolvidas a partir das atividades militares do Exército brasileiro (fotografia militar) Instituição que em grande parte representa os interesses do Estado. Tentaremos sistematizar as etapas e o histórico deste método no contexto de um estudo geral da fotografia.

Pretendemos também, percorrer os textos e imagens para que possamos mergulhar no espaço tecido pelas informações e trechos da história do Brasil republicano, imagens que vão se consolidando no imaginário e passando de meras referências individuais a referências coletivas da História Política, Social e Cultural de uma nação.

O objetivo de se trabalhar com estas imagens foi o de obter um maior conhecimento teórico-metodológico do assunto, pois, acreditamos que onde o homem passou e deixou marca de sua vida e inteligência, aí está a História, independentemente da historiografia positivista/factual privilegiar uma História feita com base na narrativa de textos escritos oficiais.

Navegando pela história, percebemos que as relações com a imagem não são recentes e que surgiram no momento em que o homem adquire consciência da sua humanidade. O primeiro sentido percebido foi o da visão, que foi aplicado também na formação de imagens mentais, que forneceram ao homem os primeiros meios de ver a história de si e do seu grupo. Outros sentidos foram sendo desenvolvidos ao longo do tempo, conforme o grau de subjetividade que o homem vai desenvolvendo. Durante muito tempo, a humanidade se viu administrando uma cultura histórica basicamente fundamentada no que se via, armazenando as informações em sua memória visual ou reproduzindo-as de forma concreta (pintura, estátuas, gravuras).

Apartir de 1929, com a revolução da Escola dos Anais, na França, a noção de documento e a de texto se ampliou. A fotografia passava a pertencer a um *Corpus* documental, ou seja, um conjunto de fontes ou documentos constituídos pelo historiador para a realização do seu trabalho de análise histórica, contribuindo para uma aproximação da História com o

estudo das imagens e de outras disciplinas científicas, assim:

Qualquer que sejam os conteúdos das imagens devemos considerá-las sempre como fontes históricas de abrangência multidisciplinar, (KOSSOY, 1993).

A fotografia na condição de documento a ser analisado necessita também do apoio de fontes escritas para que seja realizada uma perfeita interpretação dos fatos. Com base nesta informação, relatórios, biografia de fotógrafos, notas fiscais, solicitações de serviços podem servir de forma a contrapor informações contidas na iconografia fotográfica, ou seja, estaremos usando o método comparativo para buscar uma melhor interpretação da imagem e a veracidade documental, de forma que não sejamos traídos pela manipulação e interesses alheios à História.

No caso da fotografia, também é notória a impossibilidade de se trabalhar historicamente, sem o apoio de uma ou mais disciplinas que forneçam subsídio teórico-metodológico para a sua análise. Optamos então, por entender a chamada abordagem histórica-semiótica para desenvolver este trabalho.

Para uma análise histórica-semiótica da imagem fotográfica, teremos que usar alguns pressupostos básicos, a fim de evitar problemas que passariam tanto pela natureza técnica quanto pelo próprio ato de fotografar e consumir as imagens, o qual é chamado de circuito social da fotografia. Também não podemos esquecer os problemas relacionados à análise do conteúdo da mensagem fotográfica que envolve questões próprias dos elementos constitutivos da mensagem. Nossa proposta passa então pela solução da interdisciplinaridade, ou seja, uma aproximação da História com disciplinas como a Antropologia e a Sociologia. Uma abordagem antropológica do conceito de cultura, de uma simbologia inerente às práticas do cotidiano, extensiva às práticas materiais, trabalhando em conjunto com uma perspectiva sociológica da classe produtiva, do papel que a ideologia dominante pode ter na composição e representação de uma imagem fotográfica. Não se pode esquecer de que tanto os produtores quanto os consumidores de imagens fotográficas integram um contexto sócio-cultural.

Quanto à necessidade específica de se analisar o conteúdo da mensagem fotográfica, demanda conceitos de outras disciplinas que ajudam na construção de uma metodologia. No caso da fotografia, a semiótica oferece mecanismos para o desenvolvimento de uma perfeita análise, permitindo a compreensão da produção cultural.



A fotografia é resultado da conjugação entre expressão e conteúdo, envolvidos em três componentes: autor, texto e leitor. O resultado é a integração de todos, dentro de um contexto cultural do produtor e da produção, permeados, no caso, pela manipulação da técnica e do saber específico do fotógrafo/autor que tem papel importante na condição de categoria social. Em outras palavras, o controle da técnica e da estética fotográfica varia de acordo com os objetivos estabelecidos para o produto final.

Não podemos esquecer que o controle dos meios técnicos de produção cultural é estabelecido tanto por aquele que detém a máquina quanto pelo grupo ao qual ele serve, principalmente no caso dos fotógrafos oficiais.

Já a questão do olhar fotográfico transita pela competência de quem olha (leitor) e que irá fornecer significado à imagem, balizada por regras culturais estabelecidas dentro de uma sociedade.

O leitor na condição de destinatário da mensagem fotográfica deve deter uma série de saberes que estão em outros textos sociais. A compreensão da imagem fotográfica pelo leitor se dará em dois níveis, conforme nos diz Ana Maria Mauad:

1) Nível interno à superfície do texto visual originado a partir das estruturas espaciais que constituem tal texto, de caráter não-verbal; e

2) Nível externo à superfície do texto visual, originado a partir de aproximação e inferências com outros textos da mesma época, inclusive de natureza verbal. Nesse nível, podem-se descobrir temas conhecidos e inferir informações implícitas.

A compreensão de textos visuais depende da correspondência dos níveis externos e internos no processo de conhecimento quanto à aplicação de regras culturalmente aceitas como válidas e convencionalizadas pela dinâmica social. A percepção e a interpretação são elementos de um mesmo processo: o de educar o olhar para interpretar.

A leitura do texto visual passa por regras usadas pelos destinatários da mensagem fotográfica. Regras que são convencionalizadas pelo resultado da disputa pelo significado mais apropriado às representações culturais. Essas regras podem variar dependendo do momento histórico, do veículo que transmite a imagem até a sua circulação e o consumo da imagem. No caso de fotografias, o principal instrumento de veiculação são os álbuns fotográficos, mas também periódicos e revistas.

Na condição de texto, a fotografia deve ser pensada como uma mensagem organizada a partir da expressão e do conteúdo. O primeiro requer escolha de técnicas e estéticas e o segundo, é

consagrado pela conjugação, pessoa, objeto, espaço e vivência que compõem a fotografia.

Com relação ao conteúdo fotográfico, o espaço está relacionado à área da fotografia que inclui os elementos que dão forma à expressão fotográfica, entre os quais: tamanho, formato, relação com o texto escrito, tipo, sentido/direção, profundidade, objeto central, arranjo e equilíbrio, impressão visual e iluminação.

O espaço da figuração trata da forma como as pessoas se colocam na imagem e das relações existentes entre si, tanto em termo de gênero como de idade.

O espaço do objeto trata em si dos objetos presentes na fotografia que devem ser analisados, a partir de uma função sógnica que assumem na dinâmica da representação. No caso de fotografias militares, os tipos de objetos que analisaremos são

a) Objetos exteriores – relacionados ao mundo exterior, e possuindo uma hierarquia de presença associada aos níveis de exterioridade: objetos da natureza, postes, fios, barracas, fachadas, instrumentos de trabalho (enxada, arco, flecha)

b) Objetos interiores – os relacionados ao mundo interior, tais como: mesas, cadeiras, camas, lampiões.

c) Objetos pessoais – são aqueles que pertencem às pessoas, e que podem ser: roupas, brinquedos, ou adornos em geral.

O espaço da vivência seria o local onde ocorre o evento que servirá como cenário para a fotografia: os campos naturais, quartéis, áreas contínuas aos quartéis, campos de batalha, muitos destes em virtude da condição do equipamento (que é muito pesado), serão cenários montados, manipulados que poderão servir para determinados objetivos, entre os quais o de formação de uma opinião ou a tentativa de se passar uma mensagem intencionalmente codificada, mas que numa sociedade estabelecida em cima de convenções poderá ser facilmente entendida.

A fotografia na condição de texto compõe junto a outros textos (verbais ou não-verbais) a textualidade de um determinado momento. Tal noção requer uma abordagem intertextual para compreender de maneira ampla o ser e o agir de um determinado contexto histórico. Desta maneira, a fotografia, na condição de fonte histórica, deve fazer parte de uma organização em função de um tema para que possa servir como fonte a ser analisada.

Uma necessidade importante é a fotografia ser acompanhada de textos explicativos (legendas) que darão condições de melhor interpretação ao leitor. Uma fotografia é o registro de uma determinada

imagem num determinado instante da realidade, ou seja, é uma interpretação de um fragmento da realidade, captado no momento em que o autor realiza o ato de fotografar.

Alguns passos são interessantes para serem seguidos, no caso de uma análise fotográfica:

1. **Autoria:** conhecer o autor de uma fotografia significa obter dados fundamentais para sua compreensão. Fotógrafo profissional ou amador; privado ou público, são condições que ajudam a compreender melhor o processo construtivo da fotografia.
2. **Data:** Datar uma foto não significa apenas colocar um conjunto de números e sim estabelecer para a fotografia uma temporalidade que poderão nos fornecer diversos dados (referente ao autor e ao contexto histórico em que foi feita a foto), que facilitarão a construção da análise fotográfica.
3. **Intenção do fotógrafo/técnica utilizada:** São dados essenciais. Desde a invenção da fotografia na primeira metade do século XIX, a fotografia vem mudando muito e foi atualizando-se de acordo com as inovações tecnológicas e a necessidade do fotógrafo de se adaptar ao cenário e aos gêneros fotográficos.
4. **Legendas:** A legenda funciona como uma explicação ou tradução da imagem fotográfica. No caso de fotografias legendadas, esta pode revelar a intenção do autor, tornando-se outro dado importante da construção fotográfica.
5. **Intenção do leitor:** Ao observar uma fotografia devemos estabelecer objetivos claros que servirão de guia na análise.

A noção de espaço poderá ser a chave para uma leitura analítica e histórica da mensagem fotográfica.

Já do ponto de vista temporal, a fotografia possibilita a materialização do passado como mensagem que se movimenta no tempo em direção ao presente, condição esta excelente para o trabalho do historiador, no entanto devemos retornar a *Marc Bloch*, um dos pais fundadores dos *Annales*, em seu livro *Introdução à História*:

(...) os textos ou os documentos arqueológicos mesmo os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los” (BLOCH, 1974).

## **A ABOARDAGEM HISTÓRICO-SEMIÓTICA.**

A fotografia, ao ser interpretada como mensagem não verbal, terá como base de análise o

estudo das linguagens, no contexto de uma abordagem semiótica que estuda a comunicação e os seus processos por meio de símbolos e de suas relações com a criação e transmissão de significados. Por isso, partiremos da noção de *ícone* utilizada por *Charels Sanders Peirce*<sup>3</sup>.

Para Peirce, as formas sígnicas são passíveis de serem construídas desconsiderando o fato de existirem ou não no mundo real. Os textos nada mais são do que a materialização de nossos pensamentos.

Na busca de uma estruturação cognitiva, o que se percebe é a utilização da lógica (que é sinônimo de Semiótica, para Peirce) como um processo por meio do qual se criam funções e valores para os signos que se combinam gerando novos valores e novas funções, vistos como forma de suprir necessidades da expressão e da comunicação dos homens. Será na lógica do diálogo dos signos que se constroem os textos e que são transmitidas as mensagens.

Antes, porém, não podemos esquecer que segundo Peirce, um signo é um signo quando há um leitor que possa interpretá-lo como signo de algo. Assim, um signo ao criar na mente de um leitor um signo equivalente ou mais desenvolvido estará criando um interpretante e a coisa representada recebe a designação de objeto, formando-se assim, a relação triádica de signo.

Para Peirce, um ícone “é um signo que se refere ao objeto que simboliza simplesmente por força de caracteres próprios (...) que possuiria”. Os signos emergem das relações entre significantes (uma imagem) e os significados (objetos, idéias ou intenções que motivam a produção dos significantes). Peirce, um dos primeiros a sistematizar uma teoria de comunicação, dividia os signos em três tipos: o **ícone**, caracterizado pela sua semelhança com o objeto que busca representar (como a fotografia); o **índice**, um signo em que seu significado se revela mediante aos efeitos produzidos pelo seu objeto. É um signo físico e indica uma relação entre uma qualidade e o objeto existente (Ex. placas informativas de trânsito) e o **símbolo**, que é um signo que se associa ao objeto através de idéias produzidas e convencionalizadas culturalmente ou do acordo entre aqueles que participam de um processo de comunicação (a foice e o martelo, símbolos do comunismo).

No contexto histórico de Peirce, o ícone é um signo-objeto que designa o objeto ao reproduzi-lo ou imitá-lo por ter certos traços em comum com o objeto em questão. Serão ícones tanto imagens, quanto diagrama ou metáforas.

<sup>3</sup> O uso da semiótica tem em Peirce um dos seus maiores teóricos, seus fundamentos são utilizados na investigação do processo de composição da imagem, buscando descrever a configuração básica das imagens (formas, posição, relações) e a relação entre o autor (produtor do sinal) e o leitor, não deixando de prever as condições que se dará à leitura.

A relação do ícone com o objeto que representa ou substitui nunca é completa, e sim parcial. Um ícone está sempre composto de ícones menores parciais. No sistema de Peirce, o ícone – cuja relação com o objeto é de semelhança e, portanto, natural – opõe-se ao índice (relação de contigüidade) e ao símbolo (relação apoiada na convenção social).

O dever do historiador que pretende trabalhar com análise de imagens será o de desvendar o que nos mostra o olhar fotográfico, entender a colcha de retalhos que é feita de significações, onde o homem (produtor e consumidor de imagens) e os signos se completam numa totalidade.

A imagem que o homem produz é baseada nos códigos estabelecidos em convenções pela sociedade, “possuindo, sem dúvidas, um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas as imagens como mensagens” (FLAMARION e MAUAD, 1997, p.466).

Para que possamos entender as representações do olhar fotográfico, temos que passar pelas relações entre signo e imagem, ou seja, qual mensagem a imagem fotográfica pretende passar, articulando, em nosso caso, o campo político e o cultural, contextualizando a produção iconográfica da comissão de inspeção de fronteiras com a História Política da Primeira República.

A historiografia recente que trabalha com análise de imagens tem dado muita importância ao campo cultural, no caso do estudo da fotografia. No entanto, pensamos que deve ser explorado também o campo político, pois nesse processo histórico que se desenvolve junto à primeira República, poderemos analisar o imaginário político dos homens, trabalhar no campo das representações do poder, que no nosso caso poderia muito bem estabelecer aqui sua marca, pois ao nosso entender a fotografia torna-se um instrumento do Estado que tenta viabilizar um ideal: o de construção da soberania territorial, e o de integração deste território que ainda não é nacional.

Ao tratarmos da questão dos signos, tomaremos também por base a teoria de *Rossi-Landi* que nos diz existirem formas de comunicação mais profundas e menos advertidas do que as verbais, ou seja, as não-verbais: “*Os sistemas de signos não-verbais são todos aqueles que se servem de códigos fundados sobre objetos independentes da existência de sons articulados*” (FLAMARION e MAUAD, 1997, p.468).

Neste contexto, existe uma diversidade enorme de sistemas de signos não-verbais, que criam formas diversas de comunicação.

Do nosso ponto de vista, a produção fotográfica será compreendida como mensagem não-

verbal que transmite significados relativos à própria composição da mensagem fotográfica cujo signo constitutivo é a própria imagem fotográfica, pois se entende que o artefato nos chega já pronto, cabendo ao historiador tentar compreender o contexto do momento em que se dá a produção, ou seja, o homem, o tempo e o espaço dos acontecimentos.

Também merecem destaque, com relação à análise fotográfica, os estudos desenvolvidos por *Roland Barthes*, em *A Câmara Clara*, de 1980. Sua importância se dá ao caráter histórico da produção na leitura de imagens e no destaque dado à ideologia como agente na composição de sistemas de signos. Para Barthes, o texto é um sistema auto-suficiente de signos cujo significado provém de suas inter-relações, e não de fatores externos como a intenção do autor ou o seu contexto de produção. Portanto, na perspectiva estruturalista de Barthes, as palavras, símbolos e imagens em interação criam sistemas de significados que repetem a estrutura da linguagem e refletem as funções sociais da mitologia.

Em *Roland Barthes*, temos a passagem de uma semiótica da comunicação para outra mais ampla, a da significação.

Para *Barthes*, “a fotografia impressa é uma mensagem formada por uma fonte emissora, um canal de transmissão com um ponto de recepção”. No seu entender, a fotografia não transmite a verdade, mais sim um fragmento congelado da realidade, que acaba se enquadrando na categoria das artes imitativas (desenho, pintura).

O processo de reduzir um espaço maior no espaço fotográfico dar-se-á com uma escolha estabelecida com base em critérios ou regras que entendem a existência de um código, ou seja, a identificação entre conteúdo e expressão.

Neste sentido, “a partir dessa opção, Roland Barthes tratará exclusivamente do conteúdo da foto, procurando destacar-lhe o sentido de comunicação social, através dos processos conotativos” (FLAMARION e MAUAD, 1997, p.410).

Entendido como resultado de uma prática coletiva, o código fotográfico será histórico e cultural. No entanto, tal abordagem (por equivalentes lingüísticos) deixa de explicar a relação possível entre conteúdo e expressão do qual a imagem fotográfica se torna produto do homem num determinado meio.

Já para o fotógrafo francês *Cartier-Bresson*, o ato de fotografar seria:

Fotografar é, num mesmo instante e numa fração de segundo, reconhecer o fato e a organização rigorosa das formas percebidas visualmente, que exprimem e significam

este fato. É colocar na mesma mira a cabeça, o olho e o coração (FLAMARION e MAUAD, 1997, p.411).

Em poucas linhas, *Cartir-Bresson* descreveu o ato fotográfico como sendo o perfeito alinhamento da cabeça, do olho e do coração. Essa questão trabalha com a idéia da intervenção do fotógrafo na elaboração da representação que constitui a mensagem fotográfica, através de signos que compõe uma linguagem de imagens. A possibilidade do alinhamento dos três sentidos é o momento em que o fotógrafo intervém, pois aí ele dirige sua escolha, dentro de um contexto cultural. A fotografia proporciona fragmentos visuais que nos mostram as diversas atividades do homem na natureza, mas também pode servir para mostrar de forma dissimulada determinados interesses dirigidos por determinados grupos sociais.

Assim, ao se produzir a fotografia, temos a conjugação da técnica (tamanho, formato, enquadramento, nitidez que compõe um texto imagético para cada tema e lugar) com os interesses do fotógrafo ou quem sabe mesmo uma questão ideológica que o influencia na sua criação daquele momento. Com essas imagens manipuladas, podemos construir parte de uma história do poder que foi registrada, analisarmos práticas de costumes, verificarmos aspectos de uma região, o cotidiano de uma sociedade, ou a memória de ações realizadas.

Historicamente, a fotografia desde a sua origem está associada à idéia de realidade ou à comprovação daquilo que é real, uma prova de que os fatos ali captados e que foram fixados na foto aconteceram do jeito como ali está, ou seja, um documento totalmente verídico. No entanto, podemos verificar que uma fotografia não representa totalmente a verdade dos fatos e nem uma visão neutra da realidade, pois sabemos que atrás da câmara existe um autor que no momento em que registra os acontecimentos, sofre interferências diversas que vão ajudar a construir aquele momento subjetivo. A interferência do olhar do fotógrafo se dará mesmo que ele se detenha na ação que se desenrola a sua frente, pois irá escolher uma posição, um melhor ângulo, a composição de um cenário e principalmente o resultado da imagem.

O uso de imagens fotográficas como documento testemunhal tornou-se uma necessidade nos tempos atuais. Os textos continuam sendo importantes fontes, mais temos que aprender a utilizar as imagens como fontes históricas e não como complementos monográficos. A História de uma sociedade pode estar representada pelos álbuns de famílias, nas imagens retratando cidades e

seus espaços físicos, nas imagens que retratam os costumes de uma época, os tipos de moradia, as estruturas políticas, econômicas e sociais.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, Ana M. Mauad de S, (1993). O Olho da História (Análise da imagem fotográfica na construção de Canudos). *Revista Acervo do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: v. 6, n.01/02, Jan/Dez.
- BARROS, José D'Assunção, (2002). *O Campo Histórico: as especialidades e abordagem da História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: editora Cela.
- BARTHES, Roland, (1989). *A Câmara Clara: Notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BLOCH, Marc, (1974). *Introdução à História*. 5ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria, (1997). História e Imagem: o caso da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- FEBVRE apud LE GOFF, Jacques, (1984). Documento/movimento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, (V.1) Memória-história p.98.
- KOSSOY, Boris, (1989). *Fotografia e História*. São Paulo: Ática.
- PEIRCE, Charles Sanders, (1975). *Semiótica e filosofia*. Textos escolhidos. São Paulo: Cultrix – Edusp.
- TORAL, André, (2001). *Imagens em Desordens. A Iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanas / FFLCH / USP.



# VIVENDO A GUERRA DO PARAGUAI: MEMÓRIAS DE UM VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA

Fabiana Aparecida de Almeida<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

“(…) nesse passo de tartaruga os nossos soldados e oficiais vão desaparecendo debaixo do fogo das guerrilhas e tiroteios das avançadas (...)”<sup>2</sup>. Cenas como essa, descrita por Benjamin Constant, foram comuns durante toda a Guerra do Paraguai (dezembro de 1864 a março de 1870). Violentas batalhas causaram perdas significativas para todas as nações envolvidas. O Paraguai, que possuía um exército considerável no início do conflito e que a seu fim, passou a recrutar crianças para lutar, perdeu de 15 a 20% de sua população, segundo estudos recentes. O exército brasileiro, apesar de contar com a Guarda Nacional, não tinha homens suficientes para a empreitada bélica e para suprir essa falta começou a recrutar os chamados “Voluntários da Pátria”, além de escravos alforriados e índios, para lutarem no *front*. Homens despreparados militarmente e psicologicamente eram enviados a campo onde viviam os maiores horrores da guerra. Estimativas apontam que cerca de 50 mil homens não voltaram para a casa. O Uruguai e a Argentina também tiveram muitas baixas em sua população, sendo grande parte dessa de civis.

Considerada por alguns estudiosos um confronto militar desnecessário, a guerra do Paraguai entrou para a história como um conflito longo, cruel e exterminador. Ao seu final, o Paraguai estava destruído e os aliados (Brasil, Uruguai e Argentina), mais endividados do que nunca.

## O DESENNOLAR DA GUERRA

A região do Prata sempre foi motivo de desavenças entre os países próximos a ela. Por volta de 1811, D. João VI expandiu o território brasileiro em duas frentes: ao sul, integrando ao território a província da Cisplatina, e ao norte com a Guerra contra a Guiana. Com a Independência brasileira em 1822, a província do sul acabou não sendo devolvida a Espanha e assim, iniciou-se em seu interior, um movimento de união do território as Províncias Unidas do Rio da Prata, com apoio de Buenos Aires. Em 1825, D. Pedro declarou guerra a Buenos Aires, mas não conseguiu vencê-la.

<sup>1</sup> Mestranda do programa de pós-graduação em história na linha de pesquisa “Narrativas, imagens e sociabilidades” pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>2</sup> Benjamin Constant. Citado por: SQUINELO, Ana Paula. O Império brasileiro e a Guerra do Paraguai. **Fronteiras: Revista de História**. Campo Grande, v. 7, n. 14, p. 65-74, jul./dez., 2003.

Sem prestígio, o Imperador assina então, em 1828, um acordo mediado pela Inglaterra que resultou na Independência da província, fazendo nascer o Uruguai. Anos mais tarde, na década de 1850, há uma outra intervenção do Império brasileiro no território uruguaio. O conflito começou de fato quando Rosas (presidente da Argentina) passou a visar o controle do comércio de Montevideu a partir de uma aliança com Oribe (presidente do Uruguai). O Brasil acabou decidindo pela intervenção, pois, sairia prejudicado no comércio da região e a atitude dos dois governantes foi contrária ao acordo assinado em 1825 que deu a Independência ao Uruguai. Na guerra contra Rosas e Oribe em 1851, o Brasil saiu vitorioso e os dois presidentes foram depostos. Esses dois processos, somados a conflitos internos nos países envolvidos, serão os mais conhecidos precedentes da Guerra do Paraguai.

A situação interna dos países envolvidos na guerra explica em parte o desenvolvimento do conflito. O Brasil em 1863 rompeu suas relações diplomáticas com a Inglaterra em decorrência da questão Christie, que ocasionou um bloqueio ao porto do Rio de Janeiro e que obrigou o Império a pagar uma indenização a Inglaterra pelo saque ao navio inglês *Prince of Wales*. A população do Rio de Janeiro foi às ruas protestar e esse fato acabou prejudicando o gabinete liberal (que havia substituído o Conservador no poder), uma vez que esse passou a ser visto como um governo fraco. Dessa forma, a guerra passou a ser vista pelos Liberais como uma oportunidade de conseguir o apoio da população. Já a Argentina, que havia se centralizado sob o poder de Juan Manuel de Rosas, acaba dividindo-se em duas unidades políticas independentes quando esse cai: a Confederação, sob o comando de Urquiza, e o Estado de Buenos Aires. Esse último promoveu a reunificação com o governo de Mitre e buscou a paz com o Brasil para não colocar em risco seu poder.

O Uruguai conseguiu sua Independência em 1828 com o fim da Guerra da Cisplatina, mas iniciou em seguida, uma guerra civil entre *Blancos* (liderados por Berro e depois Aguirre) e *Colorados* (liderados por Flores). Brasil e Argentina passaram a não ver com bons olhos as atitudes de Berro e acabaram por apoiar os *Colorados*. Dessa forma, Bernardo Berro aproxima-se do Paraguai, mas acabou sendo derrotado por Flores em uma ofensiva em Buenos Aires. Por fim, o Paraguai que, apesar de pequeno, destacou-se no contexto anterior a guerra por possuir um desenvolvimento elevado para a região e por seguir uma política de isolamento administrada pelos três governantes que conhecera até então: José Gaspar Rodrigues de Francia (1842-1840), Carlos Antonio López (1844-1862) e Francisco Solano López (1862-1870). As relações com a Inglaterra fizeram o Paraguai desenvolver-se industrialmente e militarmente (através da compra de tecnologia), além de acabar com

o analfabetismo em seu território e tomar os bens da Igreja, transferindo suas terras para o Estado.

Entre as “desordens” e conflitos no interior dos quatro países citados, o estopim da Guerra do Paraguai foi o aprisionamento do vapor brasileiro *Marquês de Olinda* junto com o novo governador do Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, em 10 de novembro de 1864, pela canhoneira paraguaia Tacuarí, provocando o rompimento das relações Brasil-Paraguai. Em 23 de dezembro, Solano López iniciou a guerra contra o Brasil, atacando o Mato Grosso, e em março de 1865 contra a Argentina que não deixou o Paraguai passar por seu território para atacar o Brasil ao sul. Buscando-se defender, esses dois países, juntamente com o Uruguai, assinaram o *Tratado da Triplíce Aliança* em 1º de maio de 1865 contra o Paraguai.

Várias batalhas travadas na guerra entraram para a história, mesmo porque essa fora a primeira guerra a ser fotografada, proporcionando a todos o acesso aos horrores dessa. Das principais destaca-se a *Batalha do Riachuelo* (1865), comandada pelo almirante Manuel Barroso, onde o Brasil retomou a cidade de Uruguaina; *A Batalha de Tuiuti* (1866); a *Retirada de Laguna* (1867) que ocorreu em decorrência das doenças que afetaram os soldados e da falta de alimentos. Esse acontecimento em especial foi eternizado através do relato do tenente Alfredo d’Escragno Taunay, intitulada “A Retirada de Laguna”, que se tornou uma das mais importantes obras da literatura militar brasileira. Entre as chamadas *Dezembradas* (1867), destaca-se a famosa *Batalha do Avaí*, retratada pelo pintor Pedro Américo em 1879. Mais tarde, as tropas brasileiras recebem o comando do Conde D’Eu, genro do Imperador, até o término da guerra em 1870, com a morte de Solano López.

## **OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA**

Com o aprisionamento do vapor *Marques de Olinda* e com a declaração de guerra ao Brasil, esse se viu diante de um grande problema: a insuficiência de seu exército para a empreitada.

O serviço militar no Brasil era visto como um castigo. Eram comuns as punições corporais, as condições nos quartéis eram péssimas e a remuneração era miserável. Na década de 1850, nas intervenções do Prata, o Império precisou recorrer a mercenários europeus. Para a Guerra do Paraguai a solução inicial foi apelar para a Guarda Nacional, totalmente despreparada para uma guerra. Dessa vez, o problema foi a resistência desses em ir para o campo de batalha (muitos enviavam substitutos em seu lugar). Mesmo assim, foram enviados 59.669 guardas nacionais à guerra.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> DUARTE, General Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. v. 1. p. 217.

Como a Guarda Nacional era insuficiente, o governo criou, por decreto de 7 de janeiro de 1865, os corpos de *Voluntários da Pátria*. Todos entre 18 e 50 anos podiam se alistar no exército e como incentivo, o governo ofereceu várias regalias aos voluntários, como remuneração extra e uma propriedade assim que esses retornassem. Em termos de comparação, o Paraguai possuía em média 400.000 habitantes no início da guerra. Desses, 77.000 formavam o exército. O Brasil com 9.100.000 habitantes, aproximadamente, possuía um exército de 18.320 soldados. Apesar desses números não serem exatos e de não se saber se são verdadeiros, é nítida a necessidade do Brasil convocar esses voluntários. De início, houve entusiasmo dos setores populares em fazer parte desse contingente, pois as recompensas eram boas e não se imaginava que a guerra iria ser longa. O Exército brasileiro passou a ser uma força nova e expressiva dentro da vida nacional. Algumas particularidades se destacam: a região Sul foi a região que mais mandou soldados ao campo (35,63%), isso pela região ainda viver um clima de revolta (por causa da Farroupilha) e pela guerra interessar os estancieiros do Sul. A província de Minas Gerais chama a atenção pelo fator inverso: é uma das principais províncias do Império, uma das mais populosas e mandou apenas 4.090 Voluntários para a guerra.<sup>4</sup> Não há uma explicação certa para esse fato, mas acreditasse em uma maior facilidade de fuga, por ser uma área mais rural, e uma resistência da elite em mandar esses Voluntários. Os grandes contingentes vindos do Norte e do Nordeste acabaram estranhando o clima muito frio, e como as roupas fornecidas eram insuficientes, muitos morreram de frio.

Com o decorrer da guerra, os Voluntários foram se reduzindo. Muitos fugiam para o mato, casava-se com mulheres mais velhas, fingiam-se de aleijados para não irem a campo de batalha ou se declaravam adeptos do partido Liberal para serem protegidos pelos chefes políticos locais.

Como os corpos de Voluntários não deram ao Império a resposta esperada, esse se viu obrigado a recomendar a liberdade de escravos para que eles pudessem ir a guerra, além de passar a convocar homens casados, já que os solteiros fugiam e obrigar índios a lutarem. Os Voluntários também passaram a ser obrigados a se alistar e usou-se muito esse pretexto para alistar adversários políticos do partido que estava no governo naquele momento. De acordo com Rosely Batista Miranda de Almeida, “muitos eram levados a força para o campo de batalha. O que se considera hoje uma grave infração aos direitos humanos era comum na época”.<sup>5</sup> O uso de escravos no exército brasileiro

4 DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. P. 217.

5 ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. Soldados esquecidos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, p. 42, fev. 2008.

afetou também a economia do Império, pois houve falta de mão-de-obra, além de ser motivo de deboche por parte dos paraguaios. O jornal paraguaio *Cabichuí* referia-se ao exército brasileiro como “exército de macacos”. Os comandantes brasileiros, também não viam com bons olhos o número de libertos nos campos de batalhas. Consideravam-nos indisciplinados. Não tendo mais para onde recorrer, o governo apelou mais uma vez aos mercenários em 1868, tamanha era a necessidade de por fim ao conflito.

A imprensa teve um papel particular na exaltação da guerra, na convocação dos Voluntários e, mais tarde, na pressão para o seu fim. Muitos jornais incentivaram a população a pegar em armas e lutar contra o inimigo sanguinário. Exaltou também a ação dos soldados, os tratando como heróis para incentivar a ida de mais pessoas. As charges das recém surgidas revistas ilustradas também terão como tema principal a guerra contra o Paraguai. Nessas, porém, não haverá apenas exaltações dos soldados. Muitas charges criticaram pessoas de destaque na guerra e os Voluntários que começam a inventar desculpas para não ir a campo. Dentre essas revistas destaca-se o *Diabo Coxo* de 1860 e a *Revista Ilustrada* de 1876, ambas criadas por Ângelo Agostini. Havia também os jornais liberais de oposição como o *Correio Mercantil* e o *Diário do Povo* que criticavam principalmente a forma violenta que os Voluntários e os integrantes da Guarda Nacional eram recrutados e a continuidade de uma guerra macabra que não traria nenhum benefício ao Brasil.

### **CRISTIANO PLETZ: UM VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA**

Devido à solidão e as privações do campo de batalha, muitos soldados passavam o tempo escrevendo cartas para familiares, atividade que os ajudava a não enlouquecer. Muitos desses relatos se transformaram em memórias, uma fonte riquíssima para se perceber como era o dia-a-dia desses muitos heróis que o Brasil teve. O relato mais conhecido da Guerra do Paraguai é o livro *A Retirada de Laguna* de Alfredo Taunay publicado em 1871 e que além de fornecer detalhes da batalha, é uma rica fonte sobre a geografia da região do conflito. Seus relatos juntamente com os de Cerqueira (também protagonista da guerra) descrevem as dificuldades dos exércitos, mas acima de tudo, criaram uma imagem positiva do Império e uma exaltação a nação, isso porque ambos eram fiéis súditos de D. Pedro II. Já os relatos de Benjamin Constant e Rebouças registraram críticas ao desenrolar da guerra e as muitas dificuldades que o exército sofria.

Cristiano Pletz não foi muito conhecido, mas também foi um herói da guerra e suas memórias

(extraídas do livro *O Paraná na Guerra do Paraguai* de Davi Carneiro) relata desde sua saída do Brasil, até os acontecimentos da *Batalha de Tuiuti*, da qual participou. De início, percebe-se a importância da imprensa durante a guerra. Em 1864, quando a guerra foi declarada pelo Paraguai, a população de Curitiba (cidade do major Pletz) recebeu a notícia sem surpresa, pois já estavam esperando algum acontecimento importante depois do aprisionamento do vapor *Marques de Olinda*. Logo em seguida, o governo começou a convocar os Voluntários da Pátria, prometendo a esses “... *uma sorte de 22.500 braças de terra e 300\$ em dinheiro ...*”. Todos esses acontecimentos foram relatados pela imprensa. Porém, um mês depois da convocação, ninguém havia se apresentado como voluntário. Dessa forma, os irmãos Francisco e Cristiano Pletz e João José Pichet resolveram se apresentar ao presidente da província em 25 de fevereiro de 1865, e foram aceitos. Depois dessa iniciativa, mais moços se apresentaram e começou um pequeno e rápido treinamento a esse corpo de voluntários. Nessa época, os próprios militares do exército brasileiro não eram bem treinados, por isso a atitude de encarar a guerra por parte do Brasil espantou até Solano López que não imaginou que o país seguiria com o conflito, já que conhecia a quantidade de homens disponíveis no exército brasileiro e o treinamento que recebiam. Como não havia tempo de treinarem os Voluntários, lhes forneceram apenas algumas instruções e mandaram para o campo de batalha homens totalmente despreparados.

Na partida dos Voluntários de Curitiba houve uma grande festa de despedida, com muito choro e promessas de retorno (que nem todos conseguiram cumprir, inclusive João Pichet). Seguiram para o Arsenal da Marinha e depois para o quartel do Campo de Santana, no Rio de Janeiro, e lá ficaram aguardando a chamada do Ministério da Guerra. Esse corpo de voluntários juntou-se a outros de outras províncias e juntos, formaram o 4º Batalhão de Voluntários da Pátria, sob o comando do Dr. Francisco Pinheiro Guimarães. Juntamente com o 2º Batalhão de Voluntários, com o comando do Tenente-General Manuel Deodoro da Fonseca, formaram a 1ª Companhia que teria como destino Montevidéu.

Um dos mais temíveis inimigos da guerra foi o alastramento de epidemias. As condições precárias do exército, o consumo de água poluída, a falta de alimentação adequada, entre outros motivos, causava a diarreia, que provocou muitas mortes. “[...] Quando baixarem as águas que com as enchentes dos rios inundam todos estes campos, começarão as febres intermináveis, tifóides e outras, a sua devastação[...]

”<sup>6</sup>. Assim relatou Benjamin Constant que não atuou na frente de batalha, e sim,

<sup>6</sup> Constant. SQUINELO, Ana Paula. O Império brasileiro e a Guerra do Paraguai. **Fronteiras: Revista de História**. P. 71. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 3, Dezembro de 2010

na Comissão de Engenheiros do 1º Corpo do Exército. Taunay também relatou as doenças no front como no trecho de *Retirada de Laguna*:

[...] o corpo de exército expedicionário, durante a longa jornada através de São Paulo e Minas Gerais, falharam em grande parte ou desapareceram devido a cruel epidemia de varíola e as deserções que esta provocou. [...], a 396 quilômetros para o sul, uma epidemia climática de novo gênero, a paralisia reflexa, ou beribéri, acabrunou-a, dizimando-a ainda mais [...].

Cristiano Pretz também relata a epidemia da varíola já na saída do Rio de Janeiro, que teria atacado a todos na chegada ao Uruguai. Os hospitais de Montevidéu ficaram cheios de variolosos e nos cemitérios eram sepultados inúmeros brasileiros. No decorrer da guerra, a cólera também vez muitas vítimas. Essa era causada pela carne e frutas estragada que os soldados comiam, pelas náuseas causadas pela falta de alimento, pela água poluída e pelos incêndios frequentes.

Apesar de tudo, os jovens do pelotão de Pletz estavam ansiosos para entrar em confronto com o inimigo (no início da guerra era comum o entusiasmo dos voluntários no campo de batalha). Quando saíram de Gualeguaichu, no Uruguai, o coronel paraguaio Estigarríbia invadiu o Rio Grande do Sul com 12 mil homens hostilizando o 1º Batalhão de Voluntários em São Borja. Esse, com a cavalaria comandada por Davi Canabarro expulsou os paraguaios até Uruguaiana. Para tomar a cidade, o 4º Batalhão de Voluntário foi convocado e depois de 13 dias de marcha, chegaram a cidade que foi reconquistada.

No dia 20 de maio de 1866, o exército marchou até Tuiuti, onde no dia 24, das 10 às 11 horas, o exército foi atacado pela artilharia de Mallet, da vanguarda do exército de Flores. “*Vi passar o general Osório duas vezes, no meio do fogo montado em um cavalo picaço, acompanhando duas ordenanças. À sua passagem gritamos – Viva o General Osório! Viva D. Pedro II! – Isso no meio de um fogo medonho, no começo da luta[...]*”<sup>7</sup>

A *Batalha de Tuiuti* foi a maior ocorrida em toda a história sul-americana. Enfrentaram-se, aproximadamente, 21 mil brasileiros e 11 mil argentinos contra 24 mil paraguaios. A região pantanosa serviu de refúgio para os paraguaios durante dois anos até serem derrotados pelo general Osório que, com sérios problemas de saúde, foi substituído do comando das tropas brasileiras em julho por Polidoro da Fonseca. A batalha foi muito violenta e resultou em muitas perdas para ambos os lados. “[...] no dia 25 de manhã, era impressionante se ver o nosso acampamento juncado de cadáveres

<sup>7</sup> CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1998. p. 198, 199.

*e a soldadesca a arrastar e reunir cerca de 5 mil paraguaios mortos, e fazer montões para serem queimados[...]”<sup>8</sup>.*

Oito a dez dias depois da batalha, López ordenou um bombardeio ao acampamento dos aliados, porém, esse só proporcionou alguns feridos ao exército brasileiro. Entre os dias 16, 17 e 18 de julho, os soldados foram obrigados a tomar uma trincheira inimiga que os vinha bombardeando frequentemente. Para não serem vistos, agiram à noite e conseguiram alcançar seu objetivo com o preço de 5 mil homens.

Cristiano Pletz não relata mais episódios da guerra que participou, só diz que seu batalhão foi incorporado ao Exército e continuou ativo até o fim da guerra. Diz que “*não pretende escrever a história da guerra e sim alguns episódios interessantes, dos quais foi testemunha*”. Quando a guerra acabou, relata a festa que foi feita para receber os sobreviventes em Curitiba, mas para ele, essa era indescritível. A palavra mais próxima que encontrou para qualificá-la foi “loucura”.

A narrativa do major, apesar de curta, é extremamente rica para o entendimento da guerra. Não se sabe o que lhe aconteceu depois que retornou, não se dispõe também do futuro de seu irmão. Provavelmente não foi morto porque Cristiano só relata que o amigo João Pichet não regressou. Mesmo assim, não é difícil perceber que ele contribuiu para a história do Brasil, não só através de seus relatos, mas através da coragem de lutar para defender a sua pátria.

## CONCLUSÃO

“*Morro com minha pátria*”. Essas foram às últimas palavras de Solano López quando foi morto em 1º de março de 1870. Assim, chegava ao fim a Guerra do Paraguai. As palavras do ditador serviram como premonição para seu país. Derrotado, as aldeias paraguaias foram abandonadas. As terras que não foram incorporadas aos países vencedores foram vendidas e transformadas em latifúndios. O mercado se viu obrigado a abrir-se aos produtos ingleses e o Paraguai adquiriu o primeiro empréstimo de sua história, empréstimo que nunca conseguiu pagar. O erro de López de atacar sem esperar o armamento inglês que já estava a caminho foi imperdoável para os paraguaios. Aquele país de destaque que tinha tudo para ser o mais desenvolvido do continente sul-americano, caíra num abismo profundo no qual não conseguiria levantar. López foi odiado por muito tempo, mas as gerações futuras de jovens se viram órfãos de um herói que exaltasse o Paraguai. O ditador então

<sup>8</sup> CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. p. 198, 199.



renasce como ídolo através do *lopizmo*, que adquiriu força nas décadas seguintes. Sobre a ditadura de Alfredo Stroessner (1959-1989), aqueles que criticavam Solano López eram perseguidos e até exilados. Como a Fênix, López renasce das cinzas.

O Brasil, apesar de adquirir uma boa parte de terras paraguaias, também não adquiriu uma vitória total. A guerra serviu como catalisadora de contradições que levaram o fim do Império em 1889. A condução da guerra fez o Partido Liberal se afastar de D. Pedro II que perdeu uma base importante para sustentar seu poder, ao mesmo tempo em que surgiu o Partido Republicano. O Exército se fortalece como força amada e passa-se a ter uma nova visão, por parte da população, do recrutamento. Além disso, a participação de negros livres e dos próprios escravos na guerra ajudou para a escravidão ser questionada, aumentando os debates em torno dela até sua abolição em 13 de maio de 1888.

A Guerra do Paraguai, como foi visto, começou através de interesses na região do Prata, foi marcada pela violência no seu desenrolar, e ao seu fim, trouxe modificações para todos países platinos e para o Brasil. Por ter sido a primeira guerra fotografada, gerou repugnância de todo o mundo (a fotografia tornou tudo mais real), mas o sacrifício de todos seus combatentes e esse repúdio não foi o suficiente para servir de lição as gerações futuras. O século XX foi marcado pelos mais cruéis conflitos da história, onde a ganância de homens foi maior do que seu sentimento de humanidade. López talvez tenha sacrificado todo seu país pelo objetivo esdrúxulo de aumentar seus domínios, mas sua falha não intimida os políticos expansionistas de hoje que sacrificam seu povo por muito menos

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. Soldados esquecidos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, p. 38-43, fev. 2008.
- CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque, 1808-1964**: a história contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro: Record, 2001, v. 1.
- DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. v. 1. p. 217
- SQUINELO, Ana Paula. O império e a Guerra do Paraguai: a nação e seus protagonistas: a presença de Benjamim Constant na Guerra do Paraguai. **Fronteiras**: Revista de História. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: jul./dez., v. 7, n. 14, p. 65-74, 2003.

**FONTES:**

- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **A retirada da Laguna**: episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Ediouro, s.d. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/view/full/1854>. Acesso em: 26 maio 2007.



# Livro em Destaque



**KEEGAN, John. Um a História da Guerra. São Paulo, Cia das Letras, 2006. (Referência da edição de bolso, de maior disponibilidade no mercado. Também editado em português, pela Cia das Letras em parceria com a Blibiex, na versão tradicional.)**



“O que é a guerra? Por que o homem luta contra o homem? Que diferenças há entre um guerreiro ianomâmi, um bárbaro das hostes de Átila e um soldado entrincheirado da Segunda Guerra Mundial? Como foi possível a humanidade chegar à beira da autodestruição total?” Esses questionamentos, apontados na contracapa da obra, refletem bem os objetivos do autor, que aborda diversas questões relacionadas a Guerra, com ênfase em aspectos culturais, superando a abordagem tradicionalmente política dada ao tema.

Oferecendo ao leitor, uma visão abrangente da História da humanidade, a partir das formas de guerrear de diversos povos e civilizações, este livro se tornou uma obra de referência fundamental para o estudo da História Militar.

O sumário da obra é o seguinte:

- Introdução
- A guerra na História da Humanidade. (interlúdio 1. Limitações à guerra)
- Pedra. (Interlúdio 2. Fortificação)
- Carne. (Interlúdio 3. Exércitos)
- Ferro. (Interlúdio 4. Logística e suprimentos)
- Fogo.
- Conclusão

- Notas / Bibliografia / Índice Remissivo

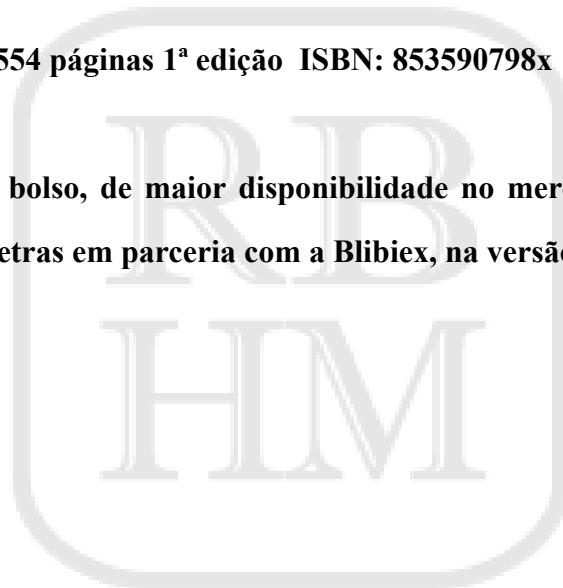
## **SOBRE O AUTOR**

Nascido em 1934, o inglês John Keegan é um historiador de prestígio internacional e sem dúvida um dos autores que mais contribuíram para a renovação da história militar. Ocupou a cadeira de História Militar na Academia de Sandhurst de 1960 a 1986, lecionou em Cambridge e Princeton e foi correspondente e depois editor de assuntos de defesa do Jornal Daily Telegraph. Possui outras obras publicadas no Brasil, entre elas: História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial; A Máscara do Comando; “Barbarossa – A Invasão da Rússia”; Dien Bien Phu; “A Inteligência na Guerra” e “A Guerra do Iraque”.

**Ficha técnica: Brochura, 554 páginas 1ª edição ISBN: 853590798x**

**Preço médio: R\$ 27,00**

**(Referência da edição de bolso, de maior disponibilidade no mercado. Também editado em português, pela Cia das Letras em parceria com a Blixiex, na versão tradicional.)**







Revista Brasileira de

# História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.